



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho ROC n.º 658 | Manuel Luís Graça ROC n.º 758
Andreia Isabel Cardinho Santinho ROC n.º 1665 | Andreia Isabel Inácio Teles ROC n.º 1503

RELATÓRIO DE REVISÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DO

MUNICÍPIO DE BORBA

2019

MAIO DE 2020



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	4
A. NOTA INTRODUTÓRIA	4
B. COMUNICAÇÃO COM OS ENCARREGADOS DA GOVERNAÇÃO	4
C. RESPONSABILIDADES	5
D. CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE	6
2. PONTOS CHAVE NA AUDITORIA	7
A. AVALIAÇÃO DO RISCO	7
1. RISCO RELACIONADO COM A ATIVIDADE	7
2. RISCO RELACIONADO COM BRANQUEAMENTO DE CAPITALIS E FINANCIAMENTO DO TERRORISMO E RISCOS RELACIONADOS COM FRAUDE E ERRO	7
3. NÍVEIS DE RISCO POR ÁREA	8
B. MATERIALIDADE	8
1. DEFINIÇÃO GLOBAL DA MATERIALIDADE	8
2. CÁLCULO DA MATERIALIDADE	8
C. METODOLOGIA E PONTOS – CHAVE UTILIZADOS NA AUDITORIA	8
3. INDEPENDÊNCIA	9
4. CONCLUSÕES	9
5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10
6. TRABALHO EFETUADO (SINTESE), NOTAS E COMENTÁRIOS	11
6.1 Execução orçamental	13
6.1.1 Orçamento	13
a) Orçamento inicial	13
b) Modificações do Orçamento	13
c) Receitas	13
d) Despesas	14



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho ROC n.º 658 | Manuel Luís Graça ROC n.º 758
Andreia Isabel Cardinho Santinho ROC n.º 1665 | Andreia Isabel Inácio Teles ROC n.º 1503

e) Fundos disponíveis.....	15
f) Despesa comprometida por pagar e para os exercícios futuros.....	15
g) Equilíbrio orçamental.....	16
6.1.2 Execução do plano plurianual de investimentos	17
6.1.3 Execução das ações mais relevantes	17
6.2 Análise Patrimonial	18
6.2.1 Balanço	18
a) Ativo	18
b) Fundos próprios	19
c) Passivo.....	19
d) Endividamento	19
6.2.2 Demonstração dos resultados	20
6.3 Sistema contabilístico	21
6.3.1 Imobilizações.....	21
a) Bens de domínio público	21
b) Imobilizado incorpóreo.....	21
c) Imobilizado corpóreo.....	22
d) Investimentos financeiros.....	22
e) Amortizações acumuladas.....	23
f) Imobilizações em curso.....	23
6.3.2 Existências	24
6.3.3 Dívidas de terceiros.....	24
6.3.4 Disponibilidades	25
6.3.5 Acréscimos e diferimentos ativos	25
6.3.6 Fundos próprios.....	26
6.3.7 Passivo antes de acréscimos e diferimentos	27
6.3.8 Acréscimos e diferimentos passivos	29
6.3.9 Provisões e contingências	30



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

6.3.10 Custos e perdas	31
6.3.11 Proveitos e ganhos	35
7. RÁCIOS, PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO E ENDIVIDAMENTO	37
7.1 Indicadores de Gestão.....	37
7.2 Endividamento/Dívida Total	37
7.3 Pagamentos em atraso, Prazo Médio de Pagamento e Recebimentos em atraso	38
8. CONTABILIDADE DE CUSTOS.....	39
9. PROPOSTAS E OUTROS FACTOS.....	39
10. AGRADECIMENTOS	41

Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho ROC n.º 658 | Manuel Luís Graça ROC n.º 758
Andreia Isabel Cardinho Santinho ROC n.º 1665 | Andreia Isabel Inácio Teles ROC n.º 1503



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

MUNICÍPIO DE BORBA

EXERCÍCIO DE 2019

REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. INTRODUÇÃO

a. NOTA INTRODUTÓRIA

Dando satisfação à nomeação de revisor oficial de contas para a qual fomos contratados, procedemos à auditoria às contas do **Município de Borba**, relativas ao período económico de 1 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019, de acordo com as normas internacionais de auditoria de demonstrações financeiras e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a profundidade considerada necessária nas circunstâncias. Em consequência do exame efetuado emitiremos a respetiva Certificação Legal das Contas, com data de 26 de maio de 2020.

O nosso exame às demonstrações financeiras do Município, constitui um exame completo. A finalidade deste relatório é relevar os principais pontos-chave, conclusões e recomendações decorrentes da nossa auditoria às contas da entidade.

Realçamos, o esforço quanto ao cumprimento dos requisitos necessários à aplicação das exigências contabilísticas e outras relacionadas com a legislação aplicável aos Municípios, nomeadamente:

- ✓ Lei que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (Lei nº 73/0213, de 3 de setembro);
- ✓ Lei que estabelece o regime jurídico das autarquias locais (Lei nº 75/2013, de 12 de setembro);
- ✓ Legislação inerente à legislação dos contratos públicos (Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro);
- ✓ Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais (POCAL);
- ✓ Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto Lei n.º 127/2012, de 21 de junho);
e
- ✓ Lei que Estabelece medidas de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo (Lei nº 83/2017, de 18 de agosto).

b. COMUNICAÇÃO COM OS ENCARREGADOS DA GOVERNAÇÃO

O nosso entendimento é que o órgão de gestão está consciente das matérias contidas neste relatório.

Com o objetivo de cumprimento da norma internacional de auditoria ISA (*International Standards on Auditing*) 260 — Comunicação das matérias de auditoria com os encarregados da "Governance", é-nos recomendado relatar à administração os "findings" do nosso exame, em particular, os relacionados com:

- ✓ Aspectos qualitativos das práticas contabilísticas da entidade e do seu relato financeiro;
- ✓ O esboço final da declaração do órgão de gestão;



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

- ✓ Erros e omissões não ajustadas;
- ✓ Matérias especificamente exigidas por outras normas de auditoria, a serem comunicadas aos encarregados da governação (tais como a fraude e o erro);
- ✓ Modificações previstas ao relatório do revisor oficial de contas;
- ✓ Fraquezas materiais no sistema contabilístico e nos sistemas de controle internos; e
- ✓ Outras matérias relevantes e materiais que se relacionem com a nossa revisão das contas.

Aproveitamos também a oportunidade para comentar o desempenho orçamental do Município e para confirmar a nossa integridade, objetividade e independência profissionais.

Consideramos que uma comunicação eficaz com os responsáveis-chave da entidade para efeitos do nosso trabalho de auditoria, é um ponto-chave para a seu sucesso, pelo que agradecemos todo o empenho, colaboração e as prontas e eficazes respostas às questões realizadas no decurso dos nossos trabalhos.

c. RESPONSABILIDADES

O órgão executivo do Município é responsável pela:

- elaboração e aprovação das demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística aplicável ao Setor Autárquico decorrente do POCAL;
- elaboração e aprovação do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de dar continuidade às atividades e tomar as medidas adequadas ao seu cumprimento.

O órgão deliberativo é responsável por apreciar os documentos de prestação de contas e divulgação da informação financeira do Município.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho ROC n.º 658 | Manuel Luís Graça ROC n.º 758
Andreia Isabel Cardinho Santinho ROC n.º 1665 | Andreia Isabel Inácio Teles ROC n.º 1503

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Município;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão executivo de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Autárquico adotada em Portugal através do POCAL;
- concluímos, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Município para dar continuidade às suas atividades. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Autárquico adotada em Portugal através do POCAL; e
- comunicamos entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

d. CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

De acordo com o artigo 235.º da Constituição da República Portuguesa, a organização democrática do Estado compreende a existência de autarquias locais, designadamente Municípios. O quadro de competências, assim como o regime jurídico é estabelecido na Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. O regime financeiro é estabelecido pela Lei nº 73/2013, de 3 de setembro. O sistema contabilístico está definido no Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro com as respetivas alterações.

Borba é uma cidade portuguesa no Distrito de Évora, na região do Alentejo e na sub-região do Alentejo Central. É sede de um Município com 145,19 km² de área, 6 950 habitantes e de acordo com o Mapa 1/2020, publicado do Diário da República, II Série, nº 43, de 2 de março de 2020, possui 5.927 eleitores (5921 eleitores nacionais, 3 eleitores da U E, 3 eleitores de outros países). Encontra-se subdividido em 4 freguesias.

Em cumprimento do disposto no Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro, e na Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, a organização dos serviços municipais obedece ao modelo de Estrutura Hierarquizada e está definida no despacho nº 4030/2018, publicado no DR nº 77, de 19 de abril de 2018.

Na qualidade de pessoa coletiva de interesse público o Município visa a prossecução de interesses da população, sendo as Grandes Opções do Plano um elemento de primordial importância onde são definidas as políticas macroeconómicas e onde são definidas e enquadradas as linhas estratégicas da gestão municipal.

Nos termos do artigo 58º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação conferida pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e conforme deliberação de Câmara de 21/10/2017, o Órgão Executivo é constituído pelo Presidente e dois Vereadores a tempo inteiro, tendo nos termos do nº 3 do artigo 57º do diploma antes referido, um deles sido nomeado Vice-Presidente da Câmara Municipal. No que concerne aos Vereadores sem atribuição de competências, são dois elementos.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

A contabilidade do Município obedece ao disposto no Decreto – Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais e a toda a demais legislações complementares, aplicável às autarquias locais. Todos os registos contabilísticos têm suporte informático e documental, e são arquivados por numeração sequencial e ordem de classificação orgânica e económica em pastas próprias.

O sistema contabilístico assenta no ERP – Medidata, com aplicações geridas entre si, em tempo real e que dão resposta às necessidades de reporte e construção das demonstrações financeiras que o Município se encontra obrigado a cumprir. O relatório de gestão, descreve no ponto 1.2. Organização contabilística, a forma como o sistema tem vindo a ser implementado, explicitando uma execução média conseguida de 94%.

O Município alterou o seu regulamento de controlo interno, adaptando-o à estrutura organizacional e às necessidades atuais a que o Município tem de responder. O referido regulamento, entrou em vigor em 1 de janeiro de 2019.

2. PONTOS CHAVE NA AUDITORIA

a. AVALIAÇÃO DO RISCO

1. RISCO RELACIONADO COM A ATIVIDADE

Na avaliação do risco para compreender a entidade e o seu ambiente tomámos em consideração os seguintes aspetos:

- ✓ Fatores setoriais de regulação e outros fatores externos relevantes;
- ✓ Natureza das operações;
- ✓ Propriedade e estrutura de governação;
- ✓ Tipos de investimentos efetuados e a efetuar;
- ✓ Modo como a entidade está estruturada e é financiada;
- ✓ Políticas contabilísticas aplicadas pela entidade, incluindo as razões para alterações às mesmas;
- ✓ Objetivos e estratégia da entidade e os respetivos riscos de negócio que podem resultar em riscos de distorção material;
- ✓ Mensuração e revisão do desempenho orçamental e financeiro da entidade.

2. RISCO RELACIONADO COM BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS E FINANCIAMENTO DO TERRORISMO E RISCOS RELACIONADOS COM FRAUDE E ERRO

Na avaliação do risco, realizamos (i) as indagações consideradas apropriadas à gestão e a outras pessoas da entidade que, em nosso entender, podiam ter informação que ajudasse a identificar os riscos de distorção material devido a branqueamento de capitais, fraude ou erro; (ii) procedimentos analíticos e (iii) observações e inspeções.

Para efeitos da prevenção e investigação de branqueamento de capitais, realizámos indagações aos responsáveis da governação sobre a existência de um sistema de controlo interno adequado e se os colaboradores se encontram devidamente preparados para dar cumprimento às normas emitidas sobre esta matéria.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Tomámos em consideração o definido na ISA (*International Standards on Auditing*) 240 - As Responsabilidades do Auditor Relativas a Fraude numa Auditoria de Demonstrações Financeiras, sustentada em dois pilares fundamentais a saber: - Manipulação das demonstrações financeiras; e - Apropriação indevida de ativos.

Mantivemos ceticismo profissional sobre as matérias em análise e até à presente data não foram identificadas situações que requeressem ser reportadas às autoridades competentes, para além da opinião sobre as demonstrações financeiras que nos foram presentes para análise e emissão de parecer.

3. NÍVEIS DE RISCO POR ÁREA

Encontrando-nos perante uma auditoria não recorrente. Todavia, em períodos anteriores, já tínhamos assumido as funções para a qual agora fomos contratados. Assim, foi-nos possível obter um nível de confiança razoável, através da análise ao sistema de controlo interno e a nível de risco definido para cada uma das áreas. Face ao exposto e tendo em atenção a materialidade definida, consideramos para o trabalho de auditoria no Município, para o ano de 2019, um **Risco Global Médio**.

b. MATERIALIDADE

1. DEFINIÇÃO GLOBAL DA MATERIALIDADE

Para a definição dos critérios para a determinação da materialidade associada a este trabalho, tomámos em conta as melhores observações que efetuámos e que justificadamente entendemos como as mais adequadas face ao tipo de Entidade em análise.

2. CÁLCULO DA MATERIALIDADE

Face ao exposto, o valor da materialidade inicial para o Município foi calculado, com base nas demonstrações financeiras de 2018, não tendo existido necessidade de efetuar uma revisão à materialidade final, face às demonstrações financeiras finais de 2019.

Foram considerados como não reportáveis os ajustamentos que não excedam 2% da materialidade global.

c. METODOLOGIA E PONTOS – CHAVE UTILIZADOS NA AUDITORIA

O nosso trabalho incluiu, entre outros os seguintes aspetos:

- (1) Foram realizadas reuniões com os Membros do Órgão Executivo e outros responsáveis, tendo-se solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários.
- (2) A execução obedeceu às Normas Internacionais de Auditoria (ISA's) emanadas pela *International Federation of Accountants* (IFAC), complementadas pelas normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho ROC n.º 658 | Manuel Luís Graça ROC n.º 758
Andreia Isabel Cardinho Santinho ROC n.º 1665 | Andreia Isabel Inácio Teles ROC n.º 1503

3. INDEPENDÊNCIA

Confirmamos que cumprimos com as normas éticas da OROC e da IFAC e que estabelecemos políticas e procedimentos internos destinados a assegurar a nossa objetividade e independência no trabalho de auditoria/revisão.

A avaliação das ameaças e a adoção de salvaguardas relativamente aos requisitos de objetividade e independência fazem parte dos nossos processos normais de auditoria/revisão. Nestas circunstâncias, informamos que no âmbito deste trabalho não foram identificadas situações ou relacionamentos suscetíveis de constituir uma ameaça à nossa independência.

4. CONCLUSÕES

Auditámos as demonstrações financeiras do **Município de Borba**, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2019, (que evidencia um total de **37.308.928,11 €** e um total de fundos próprios de **16.516.453,18 €**, incluindo um resultado líquido de **93.776,23 €**), a Demonstração dos resultados por naturezas e os Mapas de execução orçamental (que evidenciam um total de **7.387.671,90 €** de despesa paga e um total de **7.901.412,26 €** de receita cobrada líquida) do exercício findo naquela data, e os correspondentes anexos.

Em consequência do trabalho efetuado, concluímos que, em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes a posição financeira do **Município de Borba**, em 31 de dezembro de 2019, o seu desempenho financeiro, os fluxos de caixa e a execução orçamental relativos ao ano findo naquela data de acordo com o referencial contabilístico assente no POCAL, o qual é aplicável às autarquias locais, ainda neste exercício.

Analisámos o Relatório de Gestão, elaborado pelo Órgão Executivo, verificando-se que o mesmo se apresenta estruturado nos seguintes capítulos, sendo iniciado com a “Mensagem do Presidente”:

- I – Introdução;
- II – Síntese da atividade desenvolvida;
- III – Contabilidade e execução orçamental;
- IV – Políticas contabilísticas adotadas;
- V – Execução e evolução da política orçamental desenvolvida;
- VI – Evolução da situação económica e financeira;
- VII – Dívida do Município;
- VIII – Factos relevantes verificados após o encerramento do exercício;
- IX – Proposta de aplicação do resultado.

Em seguida o documento apresenta as demonstrações financeiras, previstas no POCAL, às quais se seguem outros documentos de reporte, a saber:

- Mapas das participações da Entidade;
- Certidões, responsabilidades de crédito e extratos bancários;
- Articulados;
- Outros mapas;
- Declarações previstas em resoluções do Tribunal de Contas; e
- Declarações, e informações ao abrigo da LCPA.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

A qualidade do documento que é apresentado é elevada, encontra-se bem estruturado e detalhado de forma analítica, gráfica e comparativa, relatando rigor e transparência, satisfazendo os requisitos legais e em conformidade com as Demonstrações Financeiras do Exercício.

Sem afetar a opinião acima, entendemos ser de relatar que:

- O Município cumpre os limites em relação à dívida total.
- O Município cumpre a regra de equilíbrio orçamental.
- A execução da receita atingiu um grau superior a 85%, apresentando no quadriénio de 2016 a 2019, uma média de 95%.
- O Município não apresenta pagamentos em atraso e o prazo médio de pagamento é de 18 dias.
- Os recebimentos em atraso constam das declarações apresentadas, num total de 73.294,39 €, ao que acrescem ativos contingentes, relativos a impostos por cobrar, conforme declaração expressa pela Autoridade Tributária (AT), num total de 107.224,67 €.

5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

No cumprimento do disposto no DL n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro e suas alterações, o Município prepara as demonstrações financeiras, nos termos do POCAL, elaborando, os seguintes documentos:

- Balanço;
- Demonstração dos resultados;
- Mapas de execução orçamental;
- Anexo às demonstrações financeiras.

Dando satisfação à nomeação de revisor oficial de contas para a qual fomos contratados, procedemos ao exame das demonstrações financeiras referidas no ponto 4. deste relatório.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

6. TRABALHO EFETUADO (SINTESE), NOTAS E COMENTÁRIOS

Do trabalho efetuado e das conclusões que nos foi possível obter, apresentamos nos capítulos seguintes os comentários que consideramos relevantes.

Nos termos da alínea i), do nº 1, do art.º 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Executivo Camarário, em Reunião de 26 de maio de 2020, delibera sobre a aprovação dos documentos de Prestação de Contas relativas ao exercício de 2019, bem como ainda delibera, remeter os documentos de Prestação de Contas à Assembleia Municipal, para apreciação e votação.

O nosso trabalho incluiu, entre outros aspetos, os seguintes procedimentos de revisão e auditoria:

- Verificação da consistência das peças contabilísticas sobre as quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Órgão Executivo, utilizadas na sua preparação;
- Apreciação da fiabilidade das asserções constantes da informação financeira;
- Apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias e o normativo aplicável – POCAL;
- Análise documental, por amostragem, da execução orçamental da despesa e da receita por recurso à verificação de Ordens de Pagamento e Guias de Receita e confrontação da documentação analisada com classificações patrimoniais;
- Análise documental, por amostragem, de processos de aquisição de bens e serviços realizadas no exercício, verificando o cumprimento dos requisitos dos normativos aplicáveis relativamente à contratação pública;
- Apreciação do saldo registado em tesouraria com referência a 31 de dezembro de 2019, teste das conciliações bancárias preparadas pelo Município e confirmação direta a extratos emitidos pelas Instituições Financeiras;
- Análise e testes dos movimentos ocorridos nos contratos de empréstimos e sua conciliação com o mapa de responsabilidades do Banco de Portugal;
- Confirmação direta e por escrito junto de Terceiros, análise e teste das conciliações efetuadas, com referência a 31 de dezembro de 2019;
- Solicitação direta a Advogados/Juristas, de informações sobre processos em curso, litígios ou ações judiciais pendentes;
- Análise documental, numa base de amostragem, dos principais movimentos do exercício, aquisições/ abates/alienações, nas rubricas de imobilizações;
- Apreciação dos critérios de amortizações praticados, nomeadamente a sua concordância com a Portaria 671/2000, de 17 de abril – CIBE (Cadastro de Inventário dos Bens do Estado) e teste aos respetivos cálculos;
- Verificação numa base de amostragem dos principais movimentos do exercício na rubrica de imobilizações em curso;
- Análise dos critérios de reconhecimento e valorização dos investimentos financeiros e validação da adequabilidade das provisões para fazer face à desvalorização comparativamente ao valor dos capitais próprios das participadas, com referência a 31 de dezembro de 2019;

- Análise e teste dos vários elementos de custos e proveitos, perdas e ganhos registados no exercício, com particular atenção ao cumprimento do princípio da especialização dos exercícios;
- Análise e verificação documental, dos valores em aberto na rubrica de acréscimos e diferimentos;
- Verificação do valor acrescido na rubrica de proveitos, respeitante a montantes a receber e cuja liquidação apenas ocorrerá no decorrer do exercício de 2020;
- Verificação do método adotado para a contabilização das participações recebidas para aquisição e ou construção de bens imobilizáveis, bem como da sua transferência para proveitos e indiretamente para resultados;
- Análise das situações que justificam a constituição de provisões para redução de ativos, para passivos e/ou responsabilidades contingentes ou para outros riscos;
- Verificação dos montantes constantes no final do exercício nas rubricas de Estado e outros entes públicos e verificação da sua regularização no exercício seguinte, através da verificação dos respetivos documentos de pagamento;
- Análise e verificação documental das variações nos saldos das diversas rubricas que compõem os Fundos próprios;
- Apreciação e acompanhamento do processo de inventariação de armazéns;
- Apreciação do prazo médio de pagamento e dos limites de endividamento, no final do exercício de 2019;
- Apreciação da informação financeira efetuada ao longo do exercício;
- Apreciação do equilíbrio orçamental e endividamento;
- Apreciação do apuramento dos fundos disponíveis e pagamentos em atraso;
- Apreciação do Relatório Anual de Execução do “Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do Município – Ano de 2019 e Balanço Social de 2019;
- Outros procedimentos de auditoria considerados apropriados e relevantes, atendendo às circunstâncias e à realidade e natureza das transações e saldos a analisar.

Todas as referências monetárias, estão expressas em euros.



6.1 Execução orçamental

6.1.1 Orçamento

a) Orçamento inicial

O orçamento inicial apresenta uma variação positiva de cerca de 0,6 milhões de euros, face ao exercício de 2018.

RECEITAS	ORÇAMENTO INICIAL				VARIÇÃO 2019/2018		VARIÇÃO 2019/2017		VARIÇÃO 2019/2016	
	2016	2017	2018	2019	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
	Correntes	6 670 835	6 748 138	6 810 000	7 049 550	239 550	40,70%	301 412	38,34%	378 715
Capital	1 185 615	742 190	877 900	1 226 900	349 000	59,30%	484 710	61,65%	41 285	9,83%
Outras			100	100			100	0,01%		
TOTAL	7 856 450	7 490 328	7 688 000	8 276 550	588 550	100,00%	786 222	100,00%	420 000	100,00%

DESPESAS	ORÇAMENTO INICIAL				VARIÇÃO 2019/2018		VARIÇÃO 2019/2017		VARIÇÃO 2019/2016	
	2016	2017	2018	2019	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
	Correntes	5 817 875	5 788 000	5 800 000	6 434 550	634 550	107,82%	646 550	82,24%	616 675
Capital	1 638 625	1 702 328	1 888 000	1 842 000	-46 000	-7,82%	139 672	17,76%	203 375	24,80%
TOTAL	7 456 500	7 490 328	7 688 000	8 276 550	588 550	100,00%	786 222	100,00%	820 050	100,00%

b) Modificações do Orçamento

As modificações orçamentais revelam uma revisão em alta de cerca de 0,15 milhões de euros, passando as previsões corrigidas para o valor de 8.426.977€.

MODIFICAÇÕES		
PREVISIONAL		VARIÇÃO
INICIAL	2019	
8 276 550	8 426 977	150 427

Em termos comparativos, podemos verificar que a execução orçamental teve o desempenho visível nos quadros resumo abaixo.

c) Receitas

Analisada a execução da receita (líquida) no exercício de 2019, o grau de execução da receita é de 93,76%, representando a receita corrente 99,87% e a receita de capital 49,05%.

RECEITAS	2016	2017	2018	PREVISIONAL		2019
				INICIAL	CORRIGIDO	
Correntes	6 592 062	6 414 234	6 779 933	7 049 550	7 128 413	7 119 313
Capital	1 215 299	4 265 247	422 232	1 226 900	1 016 822	498 762
Outras	92 014	382 664	196 451	100	281 742	283 338
TOTAL	7 899 374	11 062 145	7 398 616	8 276 550	8 426 977	7 901 412
GRAU DE EXECUÇÃO	99,38%	93,89%	94,42%			93,76%
Corrente	98,23%	95,05%	99,00%			99,87%
Capital	106,05%	91,70%	53,37%			49,05%
Outras	100,00%	100,00%	99,98%			100,57%



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

A execução da receita pelo menos desde os exercícios de 2016 a 2019, ficou acima do limite de 85%, atualmente considerado como referência para situações de alerta precoce de desvios, nos termos do disposto no art.º 56º, nº 3, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, normativo que enquadra a Lei das Finanças Locais e que se encontra em vigor desde 1 de janeiro de 2014.

O controlo orçamental da receita segue a seguinte estrutura:

	DOTAÇÃO INICIAL	1º SEM 2019			2019		
		DOTAÇÃO CORRIGIDA	VALOR	GRAU EXECUÇÃO	DOTAÇÃO CORRIGIDA	VALOR	GRAU EXECUÇÃO
RECEITA CORRENTE	7 049 550	7 128 413	3 422 301	48,01%	7 128 413	7 119 313	99,87%
Impostos directos	896 850	896 850	528 616	58,94%	896 850	1 079 551	120,37%
- IMI	629 550	629 550	335 922	53,36%	629 550	641 114	101,84%
- IUC	133 650	133 650	76 053	56,90%	133 650	146 074	109,30%
- IMT	114 900	114 900	114 944	100,04%	114 900	265 905	231,42%
- Derrama	18 750	18 750	1 697	9,05%	18 750	26 458	141,11%
Impostos indirectos	15 350	15 350	17 319	112,83%	15 350	27 128	176,73%
Taxas, multas e outras penalidades	98 100	98 100	27 520	28,05%	98 100	72 399	73,80%
Rendimentos de propriedades	355 550	355 550	172 611	48,55%	355 550	357 920	100,67%
Transferências correntes	4 483 650	4 562 513	2 170 799	47,58%	4 562 513	4 465 135	97,87%
Venda de bens e prestação de serviços	1 106 050	1 106 050	488 205	44,14%	1 106 050	1 082 053	97,83%
Outras receitas correntes	94 000	94 000	17 231	18,33%	94 000	35 126	37,37%
RECEITA DE CAPITAL	1 226 900	1 266 822	254 960	20,13%	1 016 822	498 762	49,05%
Venda de bens de investimento	12 953	12 953	17 372	134,12%	12 953	23 572	181,98%
Transferências de capital	963 318	1 003 240	237 588	23,68%	1 003 240	475 190	47,37%
Passivos financeiros	250 000	250 000					
Outras receitas de capital	629	629			629		
OUTRAS RECEITAS	100	281 742	281 642	99,96%	281 742	283 338	100,57%
Reposições não abatidas aos pagamentos	100	100	100	0,00%	100	1 696	1695,55%
Saldo da gerência anterior		281 642	281 642	100,00%	281 642	281 642	100,00%
TOTAL GERAL	8 276 550	8 676 977	3 958 903	45,63%	8 426 977	7 901 412	93,76%

d) Despesas

Quanto à despesa a mesma assume um grau de execução de 87,67%, com a despesa corrente com um grau de execução de 97,77% e a despesa de capital em 51,89%.

DESPESAS	2016	2017	2018	PREVISIONAL		2019
				INICIAL	CORRIGIDO	
Correntes	5 796 861	5 281 680	5 966 706	6 434 550	6 571 867	6 425 058
Capital	1 719 849	5 584 066	1 150 268	1 842 000	1 855 110	962 614
TOTAL	7 516 710	10 865 745	7 116 974	8 276 550	8 426 977	7 387 672
GRAU DE EXECUÇÃO	95,99%	93,19%	90,82%			87,67%
Corrente	97,22%	94,18%	97,25%			97,77%
Capital	92,05%	92,27%	67,64%			51,89%



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

De seguida apresenta-se a desagregação da despesa pelas classificações mais relevantes:

	DOTAÇÃO INICIAL	1º SEM 2019			2019		
		DOTAÇÃO CORRIGIDA	VALOR	GRAU EXECUÇÃO	DOTAÇÃO CORRIGIDA	VALOR	GRAU EXECUÇÃO
DESPESA CORRENTE	6 434 550	6 571 867	2 965 892	45,13%	6 571 867	6 425 058	97,77%
Despesas com pessoal	3 583 800	3 742 274	1 779 720	47,56%	3 683 044	3 678 020	99,86%
Aquisição de bens e serviços	2 332 027	2 342 370	1 005 428	42,92%	2 482 855	2 353 733	94,80%
Juros e outros encargos	107 200	107 250	53 076	49,49%	104 810	103 916	99,15%
Transferências correntes	407 515	375 965	127 668	33,96%	297 535	285 889	96,09%
Outras despesas correntes	4 008	4 008			3 623	3 500	96,60%
DESPESA DE CAPITAL	1 842 000	2 105 110	447 913	21,28%	1 855 110	962 614	51,89%
Aquisição de bens de capital	963 895	1 229 904	164 717	13,39%	1 269 974	410 786	32,35%
Transferências de capital	98 746	95 846	6 987	7,29%	56 176	23 087	41,10%
Ativos financeiros	22 055	22 055	11 027	50,00%	22 055	22 055	100,00%
Passivos financeiros	756 805	756 805	265 181	35,04%	506 805	506 687	99,98%
Outras despesas capital	500	500			100		
TOTAL GERAL	8 276 550	8 676 977	3 413 804	39,34%	8 426 977	7 387 672	87,67%

e) Fundos disponíveis

Foi compilada a informação reportada mensalmente para o portal autárquico, quanto aos fundos disponíveis e compromissos assumidos, a qual não apresenta situações dignas de relevo.

f) Despesa comprometida por pagar e para os exercícios futuros

Os compromissos totais assumidos (futuros e por pagar) ascendem ao valor de 8.492.893,10€, dos quais 8.111.375,30€ respeitam a exercícios futuros, com o horizonte temporal abaixo apresentados.

	2019				
	ASSUMIDOS	PAGOS	POR PAGAR	P/PAGAR DO ANO	EXERCÍCIOS FUTUROS
CORRENTES	7 705 897,64	6 425 057,90	1 280 839,74	61 367,96	1 219 471,78
CAPITAL	8 174 667,36	962 614,00	7 212 053,36	320 149,84	6 891 903,52
TOTAL	15 880 565,00	7 387 671,90	8 492 893,10	381 517,80	8 111 375,30

Exercícios futuros	2019			
	2020	2021	2022	seguintes
Aquisição de bens e serviços	295 704,75	5 612,00	3 741,81	
Juros e outros encargos	96 176,25	89 175,40	82 202,17	444 123,74
Transferências correntes	110 615,04	92 120,62		
Aquisição de bens de capital	155 485,92	38 843,36	25 473,00	148 267,00
Transferências de capital	108 824,91	97 324,91	97 324,91	802 930,55
Ativos financeiros	11 027,25			
Passivos financeiros	436 582,02	435 985,59	389 556,32	4 144 277,78
TOTAL	1 214 416,14	759 061,88	598 298,21	5 539 599,07
	8 111 375,30			
	15%	9%	7%	68%



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

g) Equilíbrio orçamental

Apesar da regra do equilíbrio orçamental se ter alterado, face ao disposto na nova Lei das Finanças Locais, considerámos importante manter a análise anteriormente em vigor, pelo que podemos dizer que em termos globais a receita corrente é superior à despesa corrente (RC > DC).

	2016	2017	2018	2019
$\frac{\text{RECEITA CORRENTE}}{\text{DESPESA CORRENTE}}$ =	1,14	1,21	1,14	1,11

Todavia a nova lei das finanças locais, prevê no seu art.º 40º, uma nova definição para efeitos de equilíbrio orçamental.

Efetivamente a partir de 1 de janeiro de 2014, o equilíbrio orçamental é apurado nos seguintes termos:

Receita corrente bruta cobrada
=>
Despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo

Nestes termos procedeu-se ao apuramento da nova regra de equilíbrio orçamental, apresentando a mesma os valores apresentados no quadro abaixo.

O cálculo das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo foi apurado nos termos do previsto no nº 4, do artigo 40º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, conjugado com o disposto no artigo 83º da mesma Lei.

	31/12/2018	31/12/2019
1. Receita corrente bruta cobrada	6 779 933,01 €	7 119 312,51 €
2. Despesa corrente	5 966 706,17 €	6 425 057,90 €
3. Amortização média de emp.M/L.Prazo	735 384,65 €	549 617,52 €
4. = 2. + 3. TOTAL	6 702 090,82 €	6 974 675,42 €
5. = 1. - 4. EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL	77 842,19 €	144 637,09 €
6. Receita corrente líquida (1)	6 779 933,01 €	7 119 312,51 €
7. = 6. x 5% 5% do valor da receita corrente totais	338 996,65 €	355 965,63 €
8. = 5. + 7. Equilíbrio orçamental	416 838,84 €	500 602,72 €

CUMPRIMENTO CUMPRIMENTO

(1) Considerada como as receitas correntes totais

BASE	PARA	AMORT. MÉDIAS
<=2013	2019	305 311,72
>2014	2019	244 305,79
		549 617,52

Face aos valores apurados para o cálculo do equilíbrio orçamental, concluímos verificar-se equilíbrio orçamental.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

6.1.2 Execução do plano plurianual de investimentos

No ano de 2019, a execução do PPI atingiu um grau, em termos anuais, de 51,89%, e em termos globais de 5,67%.

	2019						
	MONTANTE PREVISTO			MONTANTE EXECUTADO		GRAU DE EXECUÇÃO	
	ANO	ANOS SEQUINTE	TOTAL	ANO	TOTAL	ANUAL	GLOBAL
Serv. Gerais Adm.Pública	159 555	1 672 770	1 832 325	151 433	151 433	94,91	8,26
Segurança e Ordem Pública	19 000	176 800	195 800	18 687	18 687	98,35	9,54
Educação	112 630	480 000	592 630	107 888	107 888	95,79	18,20
Saúde	15 371	23 000	38 371				
Segurança e Ação social	104 800	393 544	498 344				
Habituação e Serviços Coletivos	130 046	1 420 937	1 550 984	72 527	72 527	55,77	4,68
Ser.Culturais,Recreativos e Relegiosos	528 100	837 500	1 365 600	40 655	40 655	7,70	2,98
Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	150	20 000	20 150				
Industria e Energia	106 330	1 803 425	1 909 755				
Transportes e Comunicações	24 900	1 097 000	1 121 900	22 619	22 619	90,84	2,02
Comércio e Turismo	95 359	477 000	572 359	5 140	5 140	5,39	0,90
Outras Funções Económicas		100 158	100 158				
Operações da Dívida Autárquica	506 805	6 406 294	6 913 099	506 687	506 687	99,98	7,33
Transferências entre Administrações	30 009	200 000	230 009	14 925	14 925	49,73	6,49
Diversas não Especificadas	22 055	11 027	33 082	22 055	22 055	100,00	66,67
TOTAL GERAL	1 855 110	15 119 455	16 974 565	962 614	962 614	51,89	5,67

6.1.3 Execução das ações mais relevantes

Verifica-se em relação às ações mais relevantes que a sua execução anual é de 97,77% e global de 18,87%.

	2019						
	MONTANTE PREVISTO			MONTANTE EXECUTADO		GRAU DE EXECUÇÃO	
	ANO	ANOS SEQUINTE	TOTAL	ANO	TOTAL	ANUAL	GLOBAL
Serv. Gerais Adm.Pública	3 720 502	14 909 274	18 629 776	3 662 967	3 662 967	98,45	19,66
Segurança e Ordem Pública	38 682	340 000	378 682	38 465	38 465	99,44	10,16
Educação	649 792	2 931 931	3 581 723	620 146	620 146	95,44	17,31
Segurança e Ação social	246 201	1 365 472	1 611 673	241 975	241 975	98,28	15,01
Habituação e Serviços Coletivos	973 900	3 866 945	4 840 845	954 588	954 588	98,02	19,72
Ser.Culturais,Recreativos e Relegiosos	221 090	901 012	1 122 102	193 207	193 207	87,39	17,22
Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	67 055	249 074	316 129	66 627	66 627	99,36	21,08
Industria e Energia	148 700	598 645	747 345	148 187	148 187	99,66	19,83
Comércio e Turismo	252 403	820 000	1 072 403	249 045	249 045	98,67	23,22
Operações da Dívida Autárquica	104 810	737 057	841 867	103 916	103 916	99,15	12,34
Transferências entre Administrações	148 733	762 354	911 087	145 934	145 934	98,12	16,02
	6 571 867	27 481 764	34 053 632	6 425 058	6 425 058	97,77	18,87

Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho ROC n.º 658 | Manuel Luís Graça ROC n.º 758
Andreia Isabel Cardinho Santinho ROC n.º 1665 | Andreia Isabel Inácio Teles ROC n.º 1503



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

6.2 Análise Patrimonial

6.2.1 Balanço

Apresenta-se a comparabilidade do Balanço da entidade, no triénio 2016 a 2019.

a) Ativo

O ativo líquido ascende a 37.308.928,11 € representando o imobilizado cerca de 95% do ativo total.

Código contas	Ativo	2016		2017		2018		2019		VARIACÃO 2019/2018 (%)
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
POCAL										
	Imobilizado:									
	Bens de domínio público									
451	Terrenos e recursos naturais	3 191 238,24	7,93	3 191 238,24	8,17	3 179 765,89	8,40	3 180 233,26	8,52	0,01
452	Edifícios	10 778 813,84	26,79	10 793 990,02	27,64	10 801 793,69	28,55	10 822 941,76	29,01	0,20
453	Outras construções e infra-estruturas	37 499 720,97	93,19	37 983 328,44	97,26	38 201 737,56	100,97	38 401 213,13	102,93	0,52
455	Bens do patrim.hist.,art. e cultural	213 040,64	0,53	213 040,64	0,55	213 040,64	0,56	213 040,64	0,57	
445	Imobilizações em curso	87 452,67	0,22	18 414,44	0,05	14 170,94	0,04	14 170,94	0,04	
485	Amortizações acumuladas	-26 138 080,31	-64,95	-27 459 888,03	-70,32	-28 909 229,76	-76,41	-30 274 252,05	-81,14	4,72
		25 632 186,05	63,70	24 740 123,75	63,35	23 501 278,96	62,11	22 357 347,68	59,92	-4,87
	Imobilizações incorpóreas:									
431	Despesas de instalação	329 508,59	0,82	329 508,59	0,84	329 508,59	0,87	329 508,59	0,88	
432	Despesas de invest.e de desenvolvimento	1 989 654,48	4,94	1 989 654,48	5,09	1 998 141,48	5,28	2 006 320,98	5,38	0,41
443	Imobilizações em curso	109 998,83	0,27	109 998,83	0,28	79 391,83	0,21	79 391,83	0,21	
483	Amortizações acumuladas	-2 315 145,81	-5,75	-2 317 191,04	-5,93	-2 319 315,49	-6,13	-2 324 445,25	-6,23	0,22
		114 016,09	0,28	111 970,86	0,29	87 726,41	0,23	90 776,15	0,24	3,48
	Imobilizações corpóreas:									
421	Terrenos e recursos naturais	869 026,08	2,16	869 026,08	2,23	938 678,84	2,48	923 772,57	2,48	-1,59
422	Edifícios e outras construções	12 006 557,07	29,84	12 032 479,72	30,81	12 417 384,59	32,82	12 436 737,91	33,33	0,16
423	Equipamento básico	2 078 425,64	5,16	2 148 806,67	5,50	2 160 716,01	5,71	2 226 951,70	5,97	3,07
424	Equipamento de transporte	1 020 649,50	2,54	1 349 961,90	3,46	1 429 010,72	3,78	1 430 415,91	3,83	0,10
425	Ferramentas e utensílios	286 267,52	0,71	290 392,97	0,74	310 849,95	0,82	330 182,27	0,88	6,22
426	Equipamento administrativo	669 967,73	1,66	670 070,35	1,72	469 806,91	1,24	468 686,51	1,26	-0,24
429	Outras imobilizações corpóreas	453 340,63	1,13	456 729,96	1,17	456 911,44	1,21	459 173,87	1,23	0,50
442	Imobilizações em curso							26 382,40	0,07	
482	Amortizações acumuladas	-4 385 651,54	-10,90	-4 821 860,75	-12,35	-5 019 162,50	-13,27	-5 433 382,29	-14,56	8,25
		12 998 582,63	32,30	12 995 606,90	33,28	13 164 195,96	34,79	12 868 920,85	34,49	-2,24
	Investimentos financeiros:									
411	Partes de capital	40 746,00	0,10	40 746,00	0,10	36 750,00	0,10	36 750,00	0,10	
412	Obrigações e títulos de participação	308 762,94	0,77	308 762,94	0,79	198 490,50	0,52	198 490,50	0,53	
491	Provisões para investimentos financeiros	-40 746,00	-0,10	-40 746,00	-0,10	-36 750,00	-0,10	-36 750,00	-0,10	
		308 762,94	0,77	308 762,94	0,79	198 490,50	0,52	198 490,50	0,53	
	Circulante:									
	Existências:									
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	117 993,99	0,29	121 831,18	0,31	114 111,82	0,30	127 528,62	0,34	11,76
39	Provisões para dep.existências					-7 784,51	-0,02	-8 440,58	-0,02	8,43
		117 993,99	0,29	121 831,18	0,31	106 327,31	0,28	119 088,04	0,32	12,00
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:									
212	Contribuinte c/c	24 532,45	0,06	24 650,11	0,06	2 572,03	0,01	96,20		-96,26
213	Utentes c/c	150 489,41	0,37	158 588,02	0,41	100 013,05	0,26	112 161,03	0,30	12,15
218	Clientes, cont. e utentes de cobrança duvidosa	89 560,64	0,22	93 620,70	0,24	136 331,45	0,36	37 289,38	0,10	-72,65
24	Estado e outros entes públicos	27 616,61	0,07	66 677,97	0,17	63 530,38	0,17	64 659,66	0,17	1,78
262+263+267+268	Outros devedores	214 375,88	0,53	188 810,21	0,48	151 566,23	0,40	122 955,01	0,33	-18,88
291	Provisões para cobranças duvidosas	-68 643,19	-0,17	-93 620,70	-0,24	-162 864,50	-0,43	-22 445,23	-0,06	-86,22
		437 931,80	1,09	438 726,31	1,12	291 148,64	0,77	314 716,05	0,84	8,09
	Depósitos em instit.financieiras e caixa									
12	Depósitos em inst.financieiras	491 048,27	1,22	211 486,83	0,54	341 266,13	0,90	593 931,06	1,59	74,04
11	Caixa	5 418,56	0,01	6 738,56	0,02	12 062,95	0,03	7 488,57	0,02	-37,92
		496 466,83	1,23	218 225,39	0,56	353 329,08	0,93	601 419,63	1,61	70,22
	Acréscimos e diferimentos									
271	Acréscimos e proveitos	111 449,24	0,28	80 122,07	0,21	108 747,74	0,29	725 775,08	1,95	567,39
272	Custos diferidos	24 232,37	0,06	36 275,48	0,09	24 512,22	0,06	32 394,13	0,09	32,16
		135 681,61	0,34	116 397,55	0,30	133 259,96	0,35	758 169,21	2,03	468,94
	Total do ativo	40 241 621,94	100,00	39 051 644,88	100,00	37 835 756,82	100,00	37 308 928,11	100,00	-1,39

Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho ROC n.º 658 | Manuel Luís Graça ROC n.º 758
Andreia Isabel Cardinho Santinho ROC n.º 1665 | Andreia Isabel Inácio Teles ROC n.º 1503



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

b) Fundos próprios

Os fundos próprios do Município ascendem a 16.516.453,18 €, apurando um resultado líquido de 93.776,23 €.

Fundos próprios	2016		2017		2018		2019		VARIACÃO 2019/2018 (%)
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
Fundos próprios:									
Património	20 797 571,29	51,68	20 797 571,29	53,26	20 797 571,29	54,97	20 797 571,29	55,74	
Doações					278 611,03	0,74	278 611,03	0,75	
Reservas decorrentes de transf.de ativos	11 781,45	0,03	11 781,45	0,03	11 781,45	0,03	11 781,45	0,03	
Resultados transitados	-5 109 630,43	-12,70	-4 883 945,05	-12,51	-4 987 158,11	-13,18	-4 665 286,82	-12,50	-6,45
Resultado líquido do exercício	225 685,38	0,56	-14 418,57	-0,04	-319 650,05	-0,84	93 776,23	0,25	-129,34
	15 925 407,69	39,57	15 910 989,12	40,74	15 781 155,61	41,71	16 516 453,18	44,27	4,66

c) Passivo

O passivo total ascende 20.792474,93 € (menos 5,72% face a 2018).

Códigos contas POCAL	Passivo	2016		2017		2018		2019		VARIACÃO 2019/2018 (%)
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
292	Passivo: Provisões para riscos e encargos	890,88		925,49		54 159,95	0,14	81 238,54	0,22	50,00
		890,88		925,49		54 159,95	0,14	81 238,54	0,22	50,00
2312	Dividas a terceiros - Médio e longo prazo: Dividas a instituições de crédito	7 231 994,40	17,97	6 621 457,51	16,96	5 406 283,71	14,29	4 969 819,71	13,32	-8,07
261	Fornecedores de imobilizado, c/c			95 358,00	0,24	17 726,91	0,21			-100,00
2681	Fundo de Apoio Municipal - Médio/Longo Prazo	176 435,94	0,44	132 326,94	0,34	11 027,25	0,03			-100,00
26887	Outros credores					138 470,60	0,37	129 421,88	0,35	-6,53
		7 408 430,34	18,41	6 849 142,45	17,54	5 573 508,47	14,73	5 099 241,59	13,67	-8,51
2312	Dividas a terceiros - Curto prazo: Empréstimos de ml prazo a pagar no curto prazo					506 804,99	1,34	436 582,00	1,17	-13,86
269	Adiantamentos por conta de vendas					16 519,00	0,04	13 591,20	0,04	-17,72
221	Fornecedores, c/c	74 441,89	0,18	106 209,89	0,27	33 735,47	0,09	29 835,11	0,08	-11,56
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	94 259,41	0,23	126 661,58	0,32	96 331,11	0,25	20 695,18	0,06	-78,52
217	Cientes e utentes c/cauções	61 461,69	0,15	10 612,56	0,03	11 863,23	0,03	46 850,97	0,13	294,93
261	Fornecedores de imobilizado, c/c	16 637,89	0,04	76 874,30	0,20	77 631,09	0,21	17 726,91	0,05	-77,17
24	Estado e outros entes públicos	37 067,00	0,09	22,43		92 163,83	0,24	83 287,68	0,22	-9,63
262+263+267+268	Outros credores	149 585,85	0,37	63 303,85	0,16	48 214,12	0,13	28 668,14	0,08	-40,54
216+265+2685	Cauções e garantias	3 544,97	0,01	11 190,31	0,03	12 400,05	0,03	3 391,59	0,01	-72,65
		436 998,70	1,09	383 684,61	0,98	895 662,89	2,37	680 628,78	1,82	-24,01
273	Acréscimos e diferimentos Acréscimos de custos	470 754,12	1,17	486 301,07	1,25	600 293,61	1,59	623 894,50	1,67	3,93
274	Proveitos diferidos	15 999 140,21	39,76	15 420 602,14	39,49	14 930 976,29	39,46	14 307 471,52	38,35	-4,18
		16 469 894,33	40,93	15 906 903,21	40,73	15 531 269,90	41,05	14 931 366,02	40,02	-3,86
	Total do passivo	24 316 214,25	60,43	23 140 655,76	59,26	22 054 601,21	58,29	20 792 474,93	55,73	-5,72
	Total dos fundos próprios e do passivo	40 241 621,94	100,00	39 051 644,88	100,00	37 835 756,82	100,00	37 308 928,11	100,00	-1,39

d) Endividamento

Apesar do passivo ascender ao montante acima apurado, tal não significa dizer que a dívida assume a expressão do valor indicado.

Efetivamente a dívida do Município (**sem inclusão das participadas**) totaliza cerca de **5,7 milhões de euros**, já que as provisões para riscos e encargos, os acréscimos e diferimentos, o FAM e o valor das operações de tesouraria não representam dívida.

Acresce referir a redução de cerca de 0,7 milhões de euros no valor da dívida do Município face ao ano anterior e relativamente a 31/12/2017, a redução ascende a 1,4 milhões de euros.

	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
TOTAL PASSIVO	20 792 475	22 054 601	23 140 656
(-) PROVISÕES	81239	54 160	925
(-) ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	14 931366	15 531270	15 906 903
(-) FAM	11027	33 082	176 436
(-) OPERAÇÕES DE TESOURARIA	87 679	71687	21825
TOTAL DA DÍVIDA	5 681 164	6 364 403	7 034 566



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Em termos de conclusão sobre a dívida para com Terceiros é nossa opinião, que a mesma é uma preocupação do Órgão Executivo e dos Responsáveis da Área Financeira, com acompanhamento e controlo que consideramos adequado.

A apreciação da dívida total do Município será apresentada no ponto 7.2) deste relatório.

6.2.2 Demonstração dos resultados

A Demonstração dos resultados apresenta os resultados económicos das operações realizadas no exercício. Os resultados alcançados no exercício em análise encontram-se patentes no quadro que a seguir se apresenta, podendo verificar-se a sua comparabilidade no quadriénio de 2016 a 2019:

Custos e perdas		2016		2017		2018		2019		VARIACÃO
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	2019/2018 (%)
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	882 110,48	11,33	886 824,14	11,73	912 536,28	11,73	928 864,68	11,05	1,79
62	Fornecimentos e serviços externos	1 408 094,16	18,09	1 500 840,57	19,85	1 495 525,68	19,22	1 428 946,93	17,00	-4,45
63	Transf. subs. correntes conced. e prest. sociais	258 487,12	3,32	245 039,15	3,24	174 208,16	2,24	202 585,29	2,41	16,29
64	Custos com o pessoal	2 707 080,01	34,77	2 829 833,00	37,43	3 346 869,41	43,02	3 688 934,63	43,89	10,22
66	Amortizações do exercício	2 108 755,59	27,09	1 779 776,96	23,54	1 798 736,70	23,12	1 795 805,61	21,36	-0,16
67	Provisões do exercício	11 481,92	0,15	32 741,34	0,43	130 262,77	1,67	27 734,66	0,33	-78,71
65	Outros custos perdas operacionais	32 177,75	0,41	33 101,56	0,44	33 150,10	0,43	70 615,64	0,84	113,02
	(A) Custos e perdas operacionais	7 408 187,03	95,16	7 308 156,72	96,67	7 891 289,10	101,43	8 143 487,44	96,88	3,20
68	Custos e perdas financeiros	142 107,60	1,83	128 893,89	1,70	112 280,27	1,44	112 028,29	1,33	-0,22
	(C) Custos e perdas financeiras	142 107,60	1,83	128 893,89	1,70	112 280,27	1,44	112 028,29	1,33	-0,22
	CUSTOS E PERDAS CORRENTES	7 550 294,63	96,98	7 437 050,61	98,37	8 003 569,37	102,88	8 255 515,73	98,21	3,15
69	Custos e perdas extraordinários	9 250,38	0,12	137 391,28	1,82	95 819,85	1,23	56 376,57	0,67	-41,16
	(E) Custos e perdas extraordinários	9 250,38	0,12	137 391,28	1,82	95 819,85	1,23	56 376,57	0,67	-41,16
88	Resultado líquido do exercício	225 685,38	2,90	-14 418,57	-0,19	-319 650,05	-4,11	93 776,23	1,12	-129,34
	TOTAL GERAL	7 785 230,39	100,00	7 560 023,32	100,00	7 779 739,17	100,00	8 405 668,53	100,00	8,05

Proveitos e ganhos		2016		2017		2018		2019		VARIACÃO
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	2019/2018 (%)
71	Vendas e prestações de serviços	1 262 318,22	16,21	1 244 259,75	16,46	1 225 092,39	15,75	1 220 376,08	14,52	-0,38
72	Impostos e taxas	1 164 814,84	14,96	1 057 808,01	13,99	1 136 102,79	14,60	1 236 264,29	14,71	8,82
75	Trabalhos para a própria entidade	211 639,56	2,72	176 368,27	2,33	173 243,48	2,23	214 811,65	2,56	23,99
74	Transf. e subsídios obtidos	4 276 674,99	54,93	4 356 508,04	57,63	4 639 559,95	59,64	4 923 703,49	58,58	6,12
	(B) Proveitos e ganhos operacionais	6 915 447,61	88,83	6 834 944,07	90,41	7 173 998,61	92,21	7 595 155,51	90,36	5,87
78	Proveitos e ganhos financeiros	-	-	-	-	-	-	2 694,80	0,03	
	(D) Proveitos e ganhos financeiros	-	-	-	-	-	-	2 694,80	0,03	
	PROVEITOS E GANHOS CORRENTES	6 915 447,61	88,83	6 834 944,07	90,41	7 173 998,61	92,21	7 597 850,31	90,39	5,91
79	Proveitos e ganhos extraordinários	869 782,78	11,17	725 079,25	9,59	605 740,56	7,79	807 818,22	9,61	33,36
	(F) Proveitos e ganhos extraordinários	869 782,78	11,17	725 079,25	9,59	605 740,56	7,79	807 818,22	9,61	33,36
	TOTAL GERAL	7 785 230,39	100,00	7 560 023,32	100,00	7 779 739,17	100,00	8 405 668,53	100,00	8,05

RESUMO:		2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	VARIACÃO
										2019/2018 (%)
Resultados operacionais (B) - (A)		-492 739,42	-6,33	-473 212,65	-6,26	-717 290,49	-9,22	-548 331,93	-6,52	-23,56
Resultados financeiros (D) - (C)		-142 107,60	-1,83	-128 893,89	-1,70	-112 280,27	-1,44	-109 333,49	-1,30	-2,62
Resultados correntes (B+D) - (A+C)		-634 847,02	-8,15	-602 106,54	-7,96	-829 570,76	-10,66	-657 665,42	-7,82	-20,72
Resultado líquido do exercício (B+D+F) - (A+C+E)		225 685,38	2,90	-14 418,57	-0,19	-319 650,05	-4,11	93 776,23	1,12	-129,34

O resultado líquido ascende a 93.776,23 € e decorre da existência de resultados operacionais e financeiros negativos, compensados com os resultados extraordinários, que foram positivos no exercício.



6.3 Sistema contabilístico

6.3.1 Imobilizações

Trabalho efetuado

- Análise dos saldos apresentados no balancete à data de 31/12/2019;
- Apreciação da necessidade de provisão para investimentos financeiros;
- Apreciação das amortizações efetuadas no período;
- Apreciação dos documentos da prestação de contas de 2019 relativos à área das imobilizações.

Comentários

Procedeu-se à análise e conciliação, com o balancete contabilístico, dos mapas incluídos na prestação de contas, do exercício de 2019.

Foram efetuados procedimentos de verificação do cálculo matemático das amortizações, de acordo com as taxas previstas na Portaria nº 671/2000, de 17 de abril – CIBE – Cadastro de Inventário dos Bens do Estado, não se tendo identificado erros de processamento. Foram ainda analisadas as variações mais significativas.

a) Bens de domínio público

Os bens de domínio público (#45), em termos líquidos, variaram conforme acima se apresenta. O relatório detalha as movimentações ocorridas.

CONTA		SALDO FINAL				Variação 2019/2018
		2016	2017	2018	2019	
Bens de domínio público						
451	Terrenos e recursos naturais	3 191 238,24	3 191 238,24	3 179 765,89	3 180 233,26	467,37
452	Edifícios	10 778 813,84	10 793 990,02	10 801 793,69	10 822 941,76	21 148,07
453	Outras construções e infra-estruturas	37 499 720,97	37 983 328,44	38 201 737,56	38 401 213,13	199 475,57
455	Bens do patrim.hist.,art. e cultural	213 040,64	213 040,64	213 040,64	213 040,64	
445	Imobilizações em curso	87 452,67	18 414,44	14 170,94	14 170,94	
485	Amortizações acumuladas	-26 138 080,31	-27 459 888,03	-28 909 229,76	-30 274 252,05	-1 365 022,29
TOTAL		25 632 186,05	24 740 123,75	23 501 278,96	22 357 347,68	-1 143 931,28

b) Imobilizado incorpóreo

Quanto às imobilizações incorpóreas, verifica-se a seguinte evolução:

CONTA		SALDO FINAL				Variação 2019/2018
		2016	2017	2018	2019	
Imobilizações incorpóreas:						
431	Despesas de instalação	329 508,59	329 508,59	329 508,59	329 508,59	
432	Despesas de invest.e de desenvolvimento	1 989 654,48	1 989 654,48	1 998 141,48	2 006 320,98	8 179,50
443	Imobilizações em curso	109 998,83	109 998,83	79 391,83	79 391,83	
483	Amortizações acumuladas	-2 315 145,81	-2 317 191,04	-2 319 315,49	-2 324 445,25	-5 129,76
TOTAL		114 016,09	111 970,86	87 726,41	90 776,15	3 049,74



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

c) **Imobilizado corpóreo**

As imobilizações corpóreas (#42) discriminam-se da seguinte forma:

CONTA		SALDO FINAL				Variação 2019/2018
		2016	2017	2018	2019	
	Imobilizações corpóreas:					
421	Terrenos e recursos naturais	869 026,08	869 026,08	938 678,84	923 772,57	-14 906,27
422	Edifícios e outras construções	12 006 557,07	12 032 479,72	12 417 384,59	12 436 737,91	19 353,32
423	Equipamento básico	2 078 425,64	2 148 806,67	2 160 716,01	2 226 951,70	66 235,69
424	Equipamento de transporte	1 020 649,50	1 349 961,90	1 429 010,72	1 430 415,91	1 405,19
425	Ferramentas e utensílios	286 267,52	290 392,97	310 849,95	330 182,27	19 332,32
426	Equipamento administrativo	669 967,73	670 070,35	469 806,91	468 686,51	-1 120,40
429	Outras imobilizações corpóreas	453 340,63	456 729,96	456 911,44	459 173,87	2 262,43
482	Amortizações acumuladas	-4 385 651,54	-4 821 860,75	-5 019 162,50	-5 433 382,29	-414 219,79
TOTAL		12 998 582,63	12 995 606,90	13 164 195,96	12 868 920,85	-295 275,11

As variações encontram-se adequadamente divulgadas.

d) **Investimentos financeiros**

O total dos investimentos financeiros líquidos, ascendem a 198.490,50€. O valor das partes de capital encontra-se ajustado face ao risco identificado com a participação na empresa EDC – Mármore S.A., a qual se encontra em processo de insolvência.

CONTA		SALDO FINAL			
		2016	2017	2018	2019
411	Partes de capital	40 746,00	40 746,00	36 750,00	36 750,00
412	Obrigações e títulos de participação	308 762,94	308 762,94	198 490,50	198 490,50
491	Provisões para investimentos financeiros	-40 746,00	-40 746,00	-36 750,00	-36 750,00
TOTAL		308 762,94	308 762,94	198 490,50	198 490,50

As participações sociais resultam, para além da já referida (EDC), da participação no capital do FAM – Fundo de Apoio Municipal.

Efetivamente, encontra-se registada desde 2015, a subscrição de unidades de participação no Fundo de Apoio Municipal, de acordo com a legislação subjacente à criação do referido fundo. A subscrição e realização desta participação tem vindo a ser efetuada nos termos acordados, conforme plano seguinte:

		CAPITAL NO INÍCIO	PAGAMENTOS	CAPITAL NO FIM
CUMPRIDO	2014	308 762,94		
	2015	308 762,94	22 054,50	286 708,44
		286 708,44	22 054,50	264 653,95
	2016	264 653,95	22 054,50	242 599,45
		242 599,45	22 054,51	220 544,95
	2017	220 544,95	22 054,51	198 490,44
		198 490,44	22 054,51	176 435,94
	2018	176 435,94		66 163,50
		-110 272,44		66 163,50
		66 163,50	16 540,88	49 622,62
		49 622,62	16 540,88	33 081,75
	2019	33 081,75	11 027,25	22 054,50
22 054,50		11 027,25	11 027,25	
PAGAMENTOS FUTUROS	2020	11 027,25	11 027,25	

Curto Prazo 11 027,25 A PAGAR EM 2020
Médio longo prazo
11 027,25

No relatório de gestão estão divulgadas as referências necessárias aos investimentos financeiros.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

e) **Amortizações acumuladas**

As amortizações do exercício têm vindo a ser contabilizadas mensalmente, verificando-se as seguintes oscilações:

POCAL		2017	2018	AUMENTO	REGULARIZAÇÕES	2019	Varição
		Valor	Valor	Valor 66/683	/ABATES		Valor
Bens de domínio público:							
4851	Terrenos e recursos naturais						
4852	Edifícios	3 589 870,29	3 765 052,43	164 388,13		3 929 440,56	164 388,13
4853	Outras construções e infra-estruturas	23 866 086,80	25 139 200,85	1 199 588,61		26 338 789,46	1 199 588,61
4855	Bens do patrim.hist,art. e cultural	3 930,94	4 976,48	1 045,55		6 022,03	1 045,55
		27 459 888,03	28 909 229,76	1 365 022,29	-	30 274 252,05	1 365 022,29
Imobilizações incorpóreas:							
431	Despesas de instalação	329 508,59	329 508,59			329 508,59	
4832	Despesas de invest.e de desenvolvimento	1 987 682,45	1 989 806,90	5 129,76		1 994 936,66	5 129,76
		2 317 191,04	2 319 315,49	5 129,76	-	2 324 445,25	5 129,76
Imobilizações corpóreas:							
4822	Edifícios e outras construções	1 004 727,94	1 160 009,59	172 579,81		1 332 589,40	172 579,81
4823	Equipamento básico	1 736 680,80	1 846 493,03	115 968,84	5 723,38	1 956 738,49	110 245,46
4824	Equipamento de transporte	857 921,35	949 398,62	94 766,08	2 637,46	1 041 527,24	92 128,62
4825	Ferramentas e utensílios	276 923,17	283 046,30	10 701,74	-2 637,52	296 385,56	13 339,26
4826	Equipamento administrativo	664 301,46	464 727,81	4 372,38	5 710,45	463 389,74	-1 338,07
4829	Outras imobilizações corpóreas	281 306,03	315 487,15	27 264,71		342 751,86	27 264,71
		4 821 860,75	5 019 162,50	425 653,56	11 433,77	5 433 382,29	414 219,79
TOTAL		34 598 939,82	36 247 707,75	1 795 805,61	11 433,77	38 032 079,59	1 784 371,84

Procedeu-se à análise do mapa de amortizações oportunamente disponibilizado. Foram efetuados procedimentos de verificação do cálculo matemático das amortizações, de acordo com as taxas previstas na Portaria nº 671/2000, de 17 de abril – CIBE – Cadastro de Inventário dos Bens do Estado, não se tendo identificado erros de processamento.

f) **Imobilizações em curso**

No decorrer do exercício económico, as imobilizações em curso sofreram as seguintes oscilações:

CONTA		SALDO FINAL				Varição 2019/2018
		2016	2017	2018	2019	
Imobilizações em curso						
44.2.1.1	Edifícios				26 382,40	26 382,40
44.3	Imobilizações Incorporeas	109 998,83	109 998,83	79 391,83	79 391,83	
44.5.3	Rede viária	73 281,73				
44.5.5	CAMINHO FERRO/ECOPISTA	14 170,94	14 170,94	14 170,94	14 170,94	
44.5.9	Outros		4 243,50			
TOTAL		197 451,50	128 413,27	93 562,77	119 945,17	26 382,40

Recomenda-se a revisão à obra do caminho de ferro/ecopista, visto que o valor se mantém sem alterações no quadriénio.



6.3.2 Existências

Trabalho efetuado

- Acompanhamento e apreciação dos trabalhos de inventariação;
- Apreciação dos critérios de valorimetria;
- Apreciação dos documentos da prestação de contas de 2019 relativos à área das existências.

Comentários

a) O valor líquido das existências ascende a 119.088,04 €, tal como é apresentado no quadro seguinte:

CONTA	SALDO FINAL				Variação	
	2016	2017	2018	2019	2019/2018	
36	Existências:					
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	117 993,99	121 831,18	114 111,82	127 528,62	13 416,80
39	Provisões para depreciação de existências			-7 784,51	-8 440,58	-656,07
TOTAL		117 993,99	121 831,18	106 327,31	119 088,04	12 760,73

b) No final do exercício de 2019, foram realizadas contagens físicas aos armazéns, tendo-se posteriormente registado e contabilizado o inventário final, através das listagens de existências valorizadas, com referência a 31 de dezembro.

c) Foi reforçada a provisão para depreciação de existências, face à não rotatividade de bens.

d) Os documentos de prestação de contas apresentam o apuramento do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.

6.3.3 Dívidas de terceiros

Trabalho efetuado

- Análise dos saldos apresentados no balancete à data de 31/12/2019;
- Apreciação das circularizações efetuadas às Entidades;
- Apreciação das provisões necessárias para fazer face aos riscos identificados;
- Apreciação dos documentos da prestação de contas de 2019 relativos à área das dívidas a receber.

Comentários

a) O valor líquido das dívidas a receber ascende a 314.716,05 €, discriminado conforme se segue:

CONTA	SALDO FINAL				Variação	
	2016	2017	2018	2019	2019/2018	
21	Cientes/Contribuintes/Utentes					
212	- Contribuintes c/c	264 582,50	276 858,83	238 916,53	149 546,61	
213	- Utentes c/c	24 532,45	24 650,11	2 572,03	96,20	-2 475,83
218	- Cobrança Duvidosa	150 489,41	158 588,02	100 013,05	112 161,03	12 147,98
24	Estado e outros entes publicos	89 560,64	93 620,70	136 331,45	37 289,38	-99 042,07
26	Outros Devedores	27 616,61	66 677,97	63 530,38	64 659,66	1 129,28
2688	Outros devedores	214 375,88	188 810,21	151 566,23	122 955,01	
291	Provisões	-68 643,19	-93 620,70	-162 864,50	-22 445,23	-28 611,22
TOTAL		437 931,80	438 726,31	291 148,64	314 716,05	23 567,41



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho ROC n.º 658 | Manuel Luís Graça ROC n.º 758
Andreia Isabel Cardinho Santinho ROC n.º 1665 | Andreia Isabel Inácio Teles ROC n.º 1503

6.3.4 Disponibilidades

Trabalho efetuado

- Apreciação dos saldos apresentados no balancete à data de 31/12/2019;
- Apreciação das conciliações bancárias efetuadas pelo Município;
- Apreciação do saldo registado em tesouraria com referência a 31/12/2019;
- Apreciação das contagens de final de exercício, quanto ao procedimento de Balanço à Tesouraria;
- Apreciação do mapa de Fluxos de caixa, com referência a 31/12/2019;
- Apreciação dos documentos da prestação de contas de 2019 relativos à área de disponibilidades.

Comentários

- a) A classe de disponibilidades apresenta os seguintes valores:

		2016	2017	2018	2019
11	Caixa	5 418,56	6 738,56	12 062,95	7 488,57
12	Depósitos em inst.financeiras	491 048,27	211 486,83	341 266,13	593 931,06
TOTAL		496 466,83	218 225,39	353 329,08	601 419,63

- b) Foram apreciados/conciliados o mapa de fluxos de caixa e mapa de operações de tesouraria com a classe de disponibilidades, não existindo factos a registar.

	2016	2017	2018	2019
- Execução orçamental	382 664,08	196 400,09	281 642,00	513 740,36
- Operações de tesouraria	113 802,75	21 825,30	71 687,08	87 679,27
Saldo da gerência	496 466,83	218 225,39	353 329,08	601 419,63

- c) Foram analisadas as reconciliações bancárias efetuadas pela contabilidade e cujo resumo se apresenta na prestação de contas do exercício.

6.3.5 Acréscimos e diferimentos ativos

Trabalho efetuado

- Análise dos saldos apresentados no balancete à data de 31/12/2019;
- Apreciação das estimativas efetuadas pelo Município.

Comentários

- O valor dos acréscimos e diferimentos ativos ascendem a 758.169,21 €, tal como é apresentado no quadro seguinte:

CONTA	SALDO FINAL				Variação 2019/2018
	2016	2017	2018	2019	
27 Acréscimos e diferimentos					
27.1 - Acréscimos de proveitos	111 449,24	80 122,07	108 747,74	725 775,08	
- Outros acréscimos de proveitos	111 449,24	80 122,07	108 747,74	725 775,08	617 027,34
27.2 - Custos diferidos	24 232,37	36 275,48	24 512,22	32 394,13	
- Outros custos diferidos	24 232,37	36 275,48	24 512,22	32 394,13	7 881,91
TOTAL	135 681,61	116 397,55	133 259,96	758 169,21	624 909,25



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

- A observância dos princípios contabilísticos definidos no POCAL na elaboração das demonstrações financeiras, no caso concreto o princípio da especialização dos exercícios, conduz à assunção dos custos e dos proveitos quando incorridos ou obtidos, independentemente do momento em que ocorra o seu pagamento ou recebimento. Tais circunstâncias são vertidas no agrupamento dos acréscimos e diferimentos que, no ativo, se desdobram e se discriminam da seguinte forma:

- **Acréscimos de proveitos (#27.1):**

- ✓ Receita de IMT e IUC recebidos em 2020 e que respeitam ao ano de 2019 e IMI a receber em 2020;
- ✓ Faturação de água do mês de dezembro de 2019, faturada em janeiro de 2020; e
- ✓ Outros acréscimos, nomeadamente dividendos da entidade FAM.

- Os **custos diferidos** respeitam a apólices de seguros, pagos em termos orçamentais em 2019, embora para efeitos patrimoniais a sua afetação a gastos deve ser efetuada em 2020.

6.3.6 Fundos próprios

Trabalho efetuado

- Apreciação dos saldos apresentados no balancete à data de 31/12/2019;
- Apreciação das conciliações efetuadas;
- Apreciação dos documentos da prestação de contas de 2019 relativos à área de fundos próprios.

Comentários

a) As variações ocorridas nesta área do Balanço apresentam-se como segue:

Rubricas	Saldo inicial 01/01/2019	Aplicação dos resultados	Resultado do exercício	Outros movimentos	Saldo final 31/12/2019
51 - Património	20 797 571,29				20 797 571,29
57 - Reservas :	290 392,48				290 392,48
576 - Doações	278 611,03				278 611,03
577 - Reservas dec.transf.ativos	11 781,45				11 781,45
59 - Resultados transitados	-4 987 158,11	-319 650,05		641 521,34	-4 665 286,82
88 - Resultados líquido do exercício	-319 650,05	319 650,05	93 776,23		93 776,23
TOTAL	15 781 155,61	-	93 776,23	641 521,34	16 516 453,18



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

6.3.7 Passivo antes de acréscimos e diferimentos

Trabalho efetuado

- Análise dos saldos apresentados no balancete à data de 31/12/2019;
- Apreciação das reconciliações efetuadas pelo Município;
- Apreciação das circularizações efetuadas às Entidades;
- Apreciação dos documentos da prestação de contas de 2019 relativos à área de dívidas a terceiros.

Comentários

a) O valor do passivo sem acréscimos e diferimentos ascende a 5.861.108,91 €. Destaca-se a oscilação negativa dos empréstimos bancários (#23).

		SALDO FINAL				Variação 2019/2018
		2016	2017	2018	2019	
216	Depósitos à ordem de terceiros	10 160,97	10 160,97	10 160,97	3 334,40	-6 826,57
217	Clientes e Utentes c/Cauções	61 461,69	10 612,56	11 863,23	46 850,97	34 987,74
22	Fornecedores	168 701,30	232 871,47	130 066,58	50 530,29	
221	- Fornecedores C/C	74 441,89	106 209,89	33 735,47	29 835,11	-3 900,36
228	- Fornecedores faturas em receção conf.	94 259,41	126 661,58	96 331,11	20 695,18	-75 635,93
23	Empréstimos Obtidos	7 231 994,40	6 621 457,51	5 913 088,70	5 406 401,71	-506 686,99
24	Estado e Outros Entes Públicos	37 067,00	22,43	92 163,83	83 287,68	-8 876,15
26	Outros Credores	336 043,68	357 702,12	311 828,05	189 465,32	
2613	- Fornecedores de imobilizado - Leasing	16 637,89	172 232,30	95 358,00	17 726,91	-77 631,09
263	- Sindicatos	1 568,12		1 777,06		-1 777,06
2681	- Credores diversos	220 544,94	176 435,94	33 081,75	11 027,25	-22 054,50
2685	- Cred.p/operações de tesouraria	3 544,97	1 029,34	2 239,08	57,19	-2 181,89
2688	- Credores diversos	93 747,76	8 004,54	162 853,16	147 062,77	-15 790,39
269	- Adiantamentos por conta de vendas			16 519,00	13 591,20	-2 927,80
29	Provisões	890,88	925,49	54 159,95	81 238,54	27 078,59
TOTAL		7 846 319,92	7 233 752,55	6 523 331,31	5 861 108,91	-662 222,40

b) As contas de Fornecedores c/c e Fornecedores de imobilizado foram apreciadas em conjunto, tendo sido efetuada circularização a um número de terceiros aceitável. As diferenças apuradas encontram-se analisadas.

c) A conciliação da conta respeitante a contrato de leasing, foi efetuada com o Mapa de Responsabilidades de Crédito, obtido através do Banco de Portugal, à data de 31/12/2019.

d) O pagamento das amortizações dos empréstimos tem vindo a ser cumprido, apresentando-se o valor dos mesmos conforme quadro seguinte:



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

María do Rosário da Conceição Mira de Carvalho ROC n.º 658 | Manuel Luís Graça ROC n.º 758
Andreia Isabel Cardinho Santinho ROC n.º 1665 | Andreia Isabel Inácio Teles ROC n.º 1503

CONTA	2018	DIMINUIÇÕES	2019	A PAGAR EM 2020	A PAGAR EM ANOS SEGUINTE	GARANTIAS
23 Empréstimos Obtidos						
CGD						
EMP Nº 0165000482991	84 981,34	14 163,56	70 817,78	14 163,56	56 654,22	441 701,62
EMP Nº 9015003022291						
EMP Nº 915004546791						
EMP Nº 901500521991	16 091,66	5 363,88	10 727,78	5 363,88	5 363,90	67 000,00
BPI						
EMP Nº 2128372830007	124 090,81	41 363,62	82 727,19	41 661,82	41 065,37	518 000,00
SANTANDER						
EMP Nº 000024764425001	1 144 239,16	78 913,04	1 065 326,12	78 913,04	986 413,08	
EMP Nº 78101120112001250958	3 664 586,93	244 305,78	3 420 281,15	244 305,80	3 175 975,35	
BES/NB						
EMP Nº 0770030585	808 695,60	52 173,91	756 521,69	52 173,90	704 347,79	1 200 000,00
DGTF						
PREDE	70 403,20	70 403,20				
TOTAL	5 913 088,70	506 686,99	5 406 401,71	436 582,00	4 969 819,71	2 226 701,62

O saldo final dos empréstimos foi conciliado com base no mapa de responsabilidades do Banco de Portugal. O mapa de empréstimos incluído na prestação de contas está de acordo com os valores apurados contabilisticamente.

e) A conta de Estado e outros entes públicos, com valores passivos, decompõe-se como segue:

CONTA	SALDO FINAL			
	2016	2017	2018	2019
24 Estado e Outros Entes Públicos				
242 - Retenção de impostos s/rendimento	18 111,00	22,43	18 660,47	16 204,00
2421 Trabalho dependente	14 436,00		18 497,00	16 204,00
2422 Trabalho independente	2 071,00	22,43	163,47	
244 - Restantes impostos	161,00			
245 - Contribuições p/Seg.Social	19 023,00		73 503,36	67 083,68
249 - Outras Tributação	162,29			
TOTAL	37 457,29	22,43	92 163,83	83 287,68

O pagamento de impostos retidos, no final do exercício encontrava-se efetuado. Foram conciliados os valores das retenções de impostos s/rendimento e restantes impostos com o portal das Finanças.

f) Os outros credores espelham o valor de 147.062,77 € em dívida resultante dos encargos com a doação do Palácio Alvarez.

6.3.8 Acréscimos e diferimentos passivos

Trabalho efetuado

- Análise dos saldos apresentados no balancete à data de 31/12/2019;
- Apreciação das estimativas efetuadas pelo Município.

Comentários

a) O valor dos acréscimos e diferimentos passivos ascendem a 14.931.366,02 €, tal como é apresentado no quadro seguinte:

CONTA	SALDO FINAL				Variação 2019/2018
	2016	2017	2018	2019	
27 Acréscimos e diferimentos					
27.3 - Acréscimos de custos	470 754,12	486 301,07	600 293,61	623 894,50	
- Remunerações a liquidar	333 124,40	360 440,65	421 271,40	430 538,50	9 267,10
- Juros a liquidar	20 234,61	23 243,11	21 318,19	20 411,18	-907,01
- Encargos de cobrança				1 012,51	1 012,51
- Emolumentos do TC				65 930,33	65 930,33
- Outros acréscimos de custos	117 395,11	102 617,31	157 704,02	106 001,98	-51 702,04
27.4 - Proveitos diferidos	15 999 140,21	15 420 602,14	14 930 976,29	14 307 471,52	
- Subsídios para investimento	15 997 440,21	15 418 902,14	14 929 276,29	14 298 467,38	-630 808,91
- Outros proveitos diferidos	1 700,00	1 700,00	1 700,00	9 004,14	7 304,14
TOTAL	16 469 894,33	15 906 903,21	15 531 269,90	14 931 366,02	-599 903,88

b) Reconheceram-se acréscimos e diferimentos passivos respeitantes a:

- **Acréscimos de custos (#27.3):**
 - ✓ Remunerações respeitantes ao ano de 2019, cujo pagamento ocorreu ou irá ocorrer em 2020, nomeadamente, férias e subsídios de férias, encargos sobre as mesmas;
 - ✓ Valor de juros a liquidar, respeitantes aos empréstimos bancários;
 - ✓ Encargos de cobrança dos impostos de dezembro de 2019, recebidos em janeiro de 2020;
 - ✓ Consumos do ano de 2019, apenas faturados em 2020;
 - ✓ Visto de contas, pelo Tribunal de Contas.

- **Proveitos diferidos (#27.4):**

Os subsídios ao investimento estão diferidos:

CONTA	SALDO FINAL					
	2016	2017	2018	REPOSIÇÃO	OUTROS	2019
27 Acréscimos e diferimentos						
Cooperação Técnica e Financeira			50 239,44			50 239,44
Comparticipação FEDER - Capital	13 879 534,25	13 332 859,56	12 814 145,76	568 741,82	1 150 907,11	13 396 311,05
Comparticipação FEOGA	297 689,59	297 689,59	297 689,59		-297 689,59	
Comparticipação Interreg	245 646,93	242 683,28	239 719,61	2 963,66		236 755,95
Comparticipação URBCOM	136 622,52	125 144,03	113 665,54	11 478,49		102 187,05
PIDDAC	547 219,56	529 798,32	518 572,24	10 038,89		508 533,35
Comparticipação Fundo Eficiência Energética			4 516,75	76,21		4 440,54
Outros	890 727,36	890 727,36	890 727,36		-890 727,36	
TOTAL	15 997 440,21	15 418 902,14	14 929 276,29	593 299,07	-37 509,84	14 298 467,38

A reposição de subsídios foi efetuada, sendo a transferência contabilizada em resultados do exercício, proporcionalmente às amortizações do imobilizado.



6.3.9 Provisões e contingências

Trabalho efetuado

- Análise dos saldos apresentados no balancete à data de 31/12/2019;
- Solicitação de eventuais contingências resultantes de processos judiciais em curso a Advogados;
- Apreciação dos documentos da prestação de contas de 2019 relativos à área de provisões e contingências.

Comentários

- (1) As provisões referentes a elementos patrimoniais ativos (#29, #39.6 e # 49) sofreram a seguinte oscilação:

CONTA		2017	2018	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	2019
29	Provisões					
29.1	Para cobranças duvidosas	93 620,70	162 864,50		140 419,27	22 445,23
TOTAL		93 620,70	162 864,50	-	140 419,27	22 445,23

39	Provisões p/ dep.existências					
39.6	Mat.Primas Sub.Consumo		7 784,51	656,07		8 440,58
TOTAL		-	7 784,51	656,07	-	8 440,58

49	Provisões p/ invest.finan.					
	Partes de capital	40 746,00	36 750,00			36 750,00
TOTAL		40 746,00	36 750,00	-	-	36 750,00

CONTA		2017	2018	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	2019
29	Provisões					
29.2	Para riscos e encargos	925,49	54 159,95	27 078,59		81 238,54
TOTAL		925,49	54 159,95	27 078,59	-	81 238,54

TOTAL		135 292,19	261 558,96	27 734,66	140 419,27	148 874,35
--------------	--	-------------------	-------------------	------------------	-------------------	-------------------

- c) Dada a anulação de dívida, aprovada por deliberação nos órgãos competentes, foi necessário de igual forma proceder à redução da provisão para cobrança duvidosa, mantendo-se para as restantes dívidas de terceiros que estejam em mora há mais de seis meses e cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado, o cumprimento do disposto no POCAL, ou seja, o montante anual acumulado foi determinado de acordo com as seguintes percentagens:

- 50% Para dívidas em mora há mais de 6 meses e até 12 meses;
- 100% Para dívidas em mora há mais de 12 meses.

- d) As provisões para depreciação de existências, sofreu um ligeiro aumento.

- e) As provisões referentes a riscos e encargos cobrem os processos identificados em contencioso, descritos no relatório.

- f) Tal como é do conhecimento dos diversos utilizadores da informação financeira, no final do exercício de 2018, ocorreu um acontecimento grave, resultante do desabamento da «Estrada das Pedreiras», sobre uma pedreira, do qual resultaram 5 mortes.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Este facto encontra-se relatado no Relatório de Gestão, no ponto VIII. FACTOS RELEVANTES VERIFICADOS APÓS O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO, para o qual remetemos a apreciação da política contabilística adotada.

O acidente ocorreu no final do exercício de 2018, sabendo-se que durante o ano de 2019, o Governo assumiu indemnizar as famílias envolvidas, com posterior avaliação da responsabilização monetária e civil que o tribunal vier a atribuir às entidades envolvidas.

Em sede do nosso trabalho, o assunto foi abordado com o Órgão Executivo, com o Advogado que patrocina o processo e com os Responsáveis pela informação financeira. Ponderado que foi o enquadramento contabilístico a dar ao processo, foi entendido manter a política contabilística já adotada no ano anterior, isto é, proceder à sua divulgação como passivo contingente, visto que, não se configurou a possibilidade de constituição de provisão.

Recomenda-se o acompanhamento do processo, de forma a atempadamente e com fiabilidade, vir a ser dado o tratamento adequado, face à evolução e decisão que vier a recair sobre o acontecimento.

6.3.10 Custos e perdas

Conta 61 – CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

O custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (#61) reflete valores relativos às seguintes rubricas:

	2016	2017	2018	2019
Água	505 790,54	491 667,84	463 524,25	506 498,39
Outras mercadorias	2 214,00	1 205,40	2 125,44	1 826,55
Gasóleo	94 681,63	100 317,93	113 142,05	109 643,40
Gasolina	437,67		2 839,78	2 353,12
Óleos e lubrificantes	4 386,52	4 220,35	3 165,84	3 258,36
Gás	53 207,85	53 596,77	60 112,63	56 815,44
Outros combustíveis	159,90	175,44	258,30	184,50
Ferramentas e Utensílios	2 829,78	6 885,49	2 911,11	7 891,30
Artigos Higiene e Limpeza	16 667,99	17 681,80	17 199,76	18 503,13
Materiais de Construção	48 521,78	50 257,07	33 776,21	28 970,33
Material de Escritório	8 711,01	7 809,14	10 150,57	8 825,76
Artigos de conservação e reparação	56 875,57	54 827,82	52 534,00	57 012,54
Bens alimentares	25 983,70	28 776,26	73 128,34	70 991,10
Vestuário e artigos pessoais	6 253,27	7 631,56	6 492,58	5 389,84
Outros	55 389,27	61 771,27	71 175,42	50 700,92
TOTAL	882 110,48	886 824,14	912 536,28	928 864,68

O apuramento do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, apresentado no relatório encontra-se conciliado com os valores expressos no balancete final, bem como com o valor da demonstração dos resultados.



Conta 62 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

CONTA	SALDO FINAL				Variação	%
	2016	2017	2018	2019	2019/ 2018	2019/ 2018
62 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS						
Electricidade	137 083,68	123 867,03	122 646,54	143 873,66	21 227,12	10,07%
Combustíveis	4 973,76	6 914,88	2 859,93	3 154,30	294,37	0,22%
Água			10 012,97	10 778,76	765,79	0,75%
Outros fluidos	34,99		7,56		-7,56	
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	71,64	194,79	125,85	703,89	578,04	0,05%
Livros e documentação técnica				107,80	107,80	0,01%
Material de escritório	139,00	26,16	12,92	11,00	-1,92	
Ofertas	784,00	940,64	230,75	1 499,04	1 268,29	0,10%
Rendas e alugueres	51 949,01	78 948,11	94 478,11	87 027,90	-7 450,21	6,09%
Livros e material escolares	350,68	791,70	1 268,14	1 216,09	-52,05	0,09%
Despesas de representação	10,00	500,00				
Comunicação	38 382,29	38 909,72	40 920,97	34 511,98	-6 408,99	2,42%
Seguros	27 079,03	27 415,87	30 741,60	30 728,45	-13,15	2,15%
Deslocações e estadas	3 662,44	3 074,70	4 660,10	5 425,06	764,96	0,38%
Honorários	92 322,73	105 319,20	66 397,07	12 846,20	-53 550,87	0,90%
Contencioso e notariado	450,29	555,29	176,50	1 377,00	1 200,50	0,10%
Conservação e reparação	40 839,20	49 495,80	72 032,30	81 343,79	9 311,49	5,69%
Publicidade e propaganda	3 159,87	5 107,45	8 248,92	6 680,36	-1 568,56	0,47%
Limpeza higiene e conforto	7 635,50	3 394,40	4 551,00	11 871,43	7 320,43	0,83%
Vigilância e segurança	7 668,08	7 117,74	9 881,62	10 321,87	440,25	0,72%
Trabalhos especializados	584 838,97	596 659,87	580 758,21	596 619,14	15 860,93	41,75%
Encargos de cobrança	35 597,53	28 042,14	33 283,81	33 774,28	490,47	2,36%
Outros fornecimentos e serviços	371 061,47	423 565,08	412 230,81	355 074,93	-57 155,88	24,85%
TOTAL	1 408 094,16	1 500 840,57	1 495 525,68	1 428 946,93	-66 578,75	100,00%

Os fornecimentos e serviços externos assumem um valor inferior ao apurado em 2018.

Conta 63 – TRANSFERÊNCIAS CORRENTES CONCEDIDAS

A conta de transferências e subsídios correntes, face ao ano transato, oscilou de forma positiva em 28.377,13 €:

CONTA	SALDO FINAL				Variação
	2016	2017	2018	2019	2019/2018
63 TRANSF.SUBS.CORR.CONCED.PREST.SOCIAIS					
631 Transf. correntes concedidas	238 118,65	245 039,15	174 208,16	147 598,62	-26 609,54
632 Subsídios correntes concedidos	20 368,47			54 986,67	54 986,67
TOTAL	258 487,12	245 039,15	174 208,16	202 585,29	28 377,13

A despesa paga apresentada na classificação económica da contabilidade orçamental, encontra-se consolidada com o mapa apresentado na conta de gerência.

Conta 64 – CUSTOS COM O PESSOAL

Os custos com o pessoal variaram positivamente, no montante de 342.065,22 €, conforme segue:

CONTA		SALDO FINAL				Variação 2019/2018
		2016	2017	2018	2019	
64	CUSTOS COM O PESSOAL					
641	Rem.membros Órgãos Autárquicos	95 721,24	97 506,36	143 034,50	141 026,40	-2 008,10
642	Custos com o pessoal					
	- Remuneração base	1 741 269,92	1 853 032,93	2 132 000,25	2 368 575,55	236 575,30
	- Suplementos remunerações	240 570,12	261 745,77	306 341,85	335 137,34	28 795,49
	- Prestações sociais directas	17 630,66	16 786,03	19 277,81	16 040,44	-3 237,37
643	Pensões	952,11	243,35	4 004,38	4 605,30	600,92
645	Encargos sobre remunerações	509 938,27	488 983,74	578 085,44	634 961,15	56 875,71
646	Seguros acidentes trabalho doenç.prof.	27 160,32	34 407,17	46 067,89	59 252,67	13 184,78
648	Outros custos com o pessoal	73 837,37	77 127,65	118 057,29	129 335,78	11 278,49
TOTAL		2 707 080,01	2 829 833,00	3 346 869,41	3 688 934,63	342 065,22

Foram efetuados testes a processamentos de remunerações, tendentes a verificar a conformidade dos valores processados.

Da análise detalhada à rubrica de remunerações do pessoal (#64.2 – Suplementos de remunerações), verificam-se as seguintes oscilações:

					Variação
	2016	2017	2018	2019	2019/2018
Suplementos remunerações					
Trabalho extraordinário	31 686,65	40 615,96	57 365,89	67 275,96	9 910,07
Trabalho em reg.turnos		3 576,01	5 799,66	8 975,60	3 175,94
Abonos para falhas	2 769,46	3 699,71	4 823,19	4 700,21	-122,98
Subsídio Refeição	141 025,29	162 599,85	189 825,41	205 076,61	15 251,20
Ajudas de custo	9 968,92	7 347,76	7 501,90	7 255,51	-246,39
Outros suplementos	55 119,80	43 906,48	41 025,80	41 853,45	827,65
TOTAL	240 570,12	261 745,77	306 341,85	335 137,34	28 795,49

Conta 66 – AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO

Apresenta uma variação adequada. Procedemos a testes de confirmação, através de cálculos aritméticos, considerando o CIBE- Cadastro de Inventário dos Bens do Estado, que define as taxas de amortização a aplicar.

Conta 67 – PROVISÕES DO EXERCÍCIO

CONTA		SALDO FINAL				Variação 2019/2018
		2016	2017	2018	2019	
67	PROVISÕES DO EXERCÍCIO					
671	Para cobranças duvidosas	11 447,19	32 706,73	69 243,80		-69 243,80
672	Para riscos e encargos	34,73	34,61	53 234,46	27 078,59	-26 155,87
673	Para depreciação de existências			7 784,51	656,07	-7 128,44
TOTAL		11 481,92	32 741,34	130 262,77	27 734,66	-102 528,11

As provisões registadas no ano correspondem ao reforço para efeitos de cobertura dos riscos associados a outros riscos e encargos e para prováveis perdas em existências.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Conta 68 – CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS

Procedemos ao controlo dos juros dos empréstimos, por cruzamento com o mapa de empréstimos apresentado na conta de gerência, não se tendo detetado incorreções. Encontra-se discriminado o total dos juros suportados conforme segue.

CONTA		SALDO FINAL				Variação 2019/2018
		2016	2017	2018	2019	
68	CUSTOS E PERDAS FINANCEIROS					
681	Juros Suportados	141 059,79	127 783,77	111 090,86	111 414,30	323,44
688	Outros custos e perdas financeiros	1 047,81	1 110,12	1 189,41	613,99	-575,42
TOTAL		142 107,60	128 893,89	112 280,27	112 028,29	-251,98

A estrutura dos juros suportados é a seguinte:

	2016	2017	2018	2019
Juros de empréstimos	140 849,76	125 925,63	109 468,40	102 278,49
Juros de LEASING		1 499,60	1 343,20	586,43
Juros de mora	210,03	358,54	279,26	77,21
Valor temporal encargos Palácio Alvarez				8 472,17
TOTAL	141 059,79	127 783,77	111 090,86	111 414,30

Conta 69 – CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIAS

CONTA		SALDO FINAL				Variação 2019/2018
		2016	2017	2018	2019	
69	CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS					
691	Transferências de capital concedidas	5 361,13	45 365,03	19 200,00	23 086,70	3 886,70
693	Perdas em existências	797,94	1 769,61	912,45	1 368,75	456,30
694	Perdas em imobilizações		14,87	5 834,39		-5 834,39
695	Multas e penalidades	1 032,01	9 060,00	37,50		-37,50
696	Aumentos de amortizações e de provisões	114,71				
697	Correcções de exercícios anteriores	1 783,14	68 458,47	67 763,08	31 303,19	-36 459,89
698	Outros custos perdas extraordinárias	161,45	12 723,30	2 072,43	617,93	-1 454,50
TOTAL		9 250,38	137 391,28	95 819,85	56 376,57	-39 443,28

A despesa paga quanto a transferências de capital, apresentada na classificação económica da contabilidade orçamental, encontra-se consolidada com o mapa apresentado na conta de gerência.

María do Rosário da Conceição Mira de Carvalho ROC n.º 658 | Manuel Luís Graça ROC n.º 758
Andreia Isabel Cardinho Santinho ROC n.º 1665 | Andreia Isabel Inácio Teles ROC n.º 1503



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

6.3.11 Proveitos e ganhos

Conta 71 - VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Analisada a evolução das vendas e prestações de serviços, realça-se o valor alcançado, próximo do ano de 2018.

CONTA	SALDO FINAL				Variação 2019/2018
	2016	2017	2018	2019	
71 VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS					
71 Vendas					
Mercadorias	3 121,92	3 051,22	3 020,33	3 725,47	705,14
Água	265 656,78	272 444,10	419 719,51	429 061,52	9 342,01
Produtos acabados e intermédios	1 372,93	2 939,84	765,00	3 435,70	2 670,70
Subprodutos, desperdícios e refugos	3 760,00		770,40		-770,40
Outros bens	190,80	537,00	203,03	661,78	458,75
712 Prestações de serviços					
Saneamento	122 357,82	115 047,26	121 217,46	133 741,21	12 523,75
Resíduos Sólidos	186 388,80	177 091,39	195 549,40	208 476,77	12 927,37
Transportes coletivos de pessoas e bens	23 456,16	23 633,01	22 887,38	18 449,49	-4 437,89
Trabalhos p/conta particulares	6 364,73	4 485,44	5 184,30	5 510,79	326,49
Cemitérios	39 812,74	35 433,18	23 145,55	24 044,97	899,42
Parques de estacionamento				3 725,10	3 725,10
Serv.sociais, recreativos, culturais e desporto	27 940,64	24 122,47	58 887,86	73 586,01	14 698,15
Outros	1 933,70	1 685,58	2 050,76	6 467,30	4 416,54
714 Rendas e alugueres	582 150,72	586 617,85	458 409,77	482 050,37	23 640,60
717 Devoluções	-2 189,52	-2 828,59	-86 718,36	-172 560,40	-85 842,04
TOTAL	1 262 318,22	1 244 259,75	1 225 092,39	1 220 376,08	-4 716,31

Conta 72 – IMPOSTOS E TAXAS

Os impostos diretos foram conciliados com os montantes recebidos/registados contabilisticamente e as declarações da Autoridade Tributária (AT). Para os valores de dezembro de 2019, apenas recebidos em janeiro de 2020, ou a receber, foi aplicado o princípio contabilístico da especialização do exercício.

CONTA	SALDO FINAL				Variação 2019/2018
	2016	2017	2018	2019	
72 IMPOSTOS E TAXAS					
721 IMPOSTOS DIRETOS	1 038 170,92	922 457,41	1 014 827,15	1 099 197,39	
- IMI	744 512,55	649 897,28	651 216,02	641 400,00	-9 816,02
- IUC	125 626,95	133 087,43	138 755,92	147 514,86	8 758,94
- IMT	124 444,22	97 495,40	190 021,87	284 007,87	93 986,00
- Derrama	43 587,20	41 977,30	34 833,34	26 274,66	-8 558,68
722 IMPOSTOS INDIRETOS	25 737,00	14 434,06	14 229,75	26 350,82	12 121,07
724 TAXAS	108 430,56	124 137,11	113 663,83	150 417,79	
- Mercados e feiras	13 930,52	14 450,01	13 033,22	13 288,76	255,54
- Licença prévia loteamentos	4 757,92	9 876,96	15 506,20	14 753,73	-752,47
- Plantas de localização	183,11	28,76	116,64	266,04	149,40
- Loteamentos de obras	13 225,26	21 165,66	10 491,93	11 437,01	945,08
- Ocupação Via Pública	11 832,41	9 827,97	11 722,56	9 782,40	-1 940,16
- TRH Saneamento	24 860,41	24 401,32	23 012,75	30 201,01	7 188,26
- TRH Água	9 409,40	9 440,39	9 195,52	24 444,52	15 249,00
- TRH Resíduos sólidos e urbanos	9 678,76	9 606,15	10 950,85	30 554,13	19 603,28
- Licença de ruído	138,59	45,63	46,27	119,45	73,18
- Contratos água/administrativos	3 529,16	3 422,86	148,82	8,15	-140,67
- Outras	16 885,02	21 871,40	19 439,07	15 562,59	-3 876,48
725 REEMBOLSOS E RESTITUIÇÕES	-7 523,64	-3 220,57	-3 781,41	-3 022,72	758,69
726 ANULAÇÕES			-2 836,53	-36 678,99	-33 842,46
TOTAL	1 164 814,84	1 057 808,01	1 136 102,79	1 236 264,29	100 161,50

Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho ROC n.º 658 | Manuel Luís Graça ROC n.º 758
Andreia Isabel Cardinho Santinho ROC n.º 1665 | Andreia Isabel Inácio Teles ROC n.º 1503



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Conta 74 – TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS OBTIDOS

Foram analisadas as guias de receita inerentes às transferências e conferidas as respostas obtidas das circularizações efetuadas. Foram ainda conciliados os mapas das transferências correntes e de capital da prestação de contas, com os montantes das transferências registadas na contabilidade orçamental.

CONTA	SALDO FINAL				Variação 2019/2018
	2016	2017	2018	2019	
74.2 TRANSFERÊNCIAS E SUB.OBTIDOS					
ORÇAMENTO DO ESTADO	4 239 901,73	4 324 074,63	4 464 225,43	4 790 434,60	
Transferências Correntes	3 904 434,73	3 975 944,63	4 112 385,43	4 315 244,60	
- Fundo Equilíbrio Financeiro	3 019 203,00	3 133 168,98	3 166 559,04	3 333 916,00	167 356,96
- Fundo Social Municipal	116 989,00	116 989,00	116 989,00	116 989,00	
- Participação Fixa no IRS	171 528,00	149 730,00	168 850,00	155 799,00	-13 051,00
- Outras	596 714,73	576 056,65	659 987,39	706 006,20	46 018,81
- Transportes escolares				2 534,40	2 534,40
Transferências de Capital	335 467,00	348 130,00	351 840,00	475 190,00	
- Art nº 35 da Lei nº 73/2013				104 755,00	104 755,00
- Fundo Equilíbrio Financeiro	335 467,00	348 130,00	351 840,00	370 435,00	18 595,00
Fundos e Serviços Autónomos	34 043,44	32 433,41	80 521,25	113 778,75	
- Outras Transf. de Correntes	34 043,44	32 433,41	80 521,25	113 778,75	33 257,50
EXTERIOR	2 729,82		94 813,27	19 490,14	-75 323,13
TOTAL	4 276 674,99	4 356 508,04	4 639 559,95	4 923 703,49	284 143,54

Conta 79 – PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS

CONTA	SALDO FINAL				Variação 2019/2018
	2016	2017	2018	2019	
79 PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS					
793 Ganhos em existências	701,00	2 045,10	2 864,93	1 373,54	-1 491,39
794 Ganhos em imobilizações	0,04	14 055,00		7 386,73	7 386,73
795 Benefícios e penalidades contratuais	58 543,86	4 470,62	5 173,84	6 554,46	1 380,62
796 Reduções de amortizações e provisões	4 615,06	14,87		140 419,27	140 419,27
797 Ganhos exercícios anteriores	59 988,60	42 568,13	37 715,97	29 848,34	-7 867,63
798 Outros	745 934,22	661 925,53	559 985,82	622 235,88	62 250,06
TOTAL	869 782,78	725 079,25	605 740,56	807 818,22	202 077,66

Tal como o nome indica apresenta proveitos e ganhos extraordinários, não considerados operacionais.

Os outros proveitos (#79.8), reflete essencialmente a reposição de subsídios ao investimento, a qual assume o montante de 593.299,07 €.



7. RÁCIOS, PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO E ENDIVIDAMENTO

7.1 Indicadores de Gestão

Com recurso a rácios económicos e financeiros, a situação económico-financeira do Município, no quadriénio de 2016 a 2019, é a seguinte:

Componente Económica

	2016	2017	2018	2019
Custos e Perdas	7 559 545,01	7 574 441,89	8 099 389,22	8 311 892,30
Proveitos e Ganhos	7 785 230,39	7 560 023,32	7 779 739,17	8 405 668,53
Resultado Líquido do Exercício	225 685,38	-14 418,57	-319 650,05	93 776,23

Componente Financeira

	2016	2017	2018	2019
Ativo Fixo Líquido (Imobilizado)	39 053 547,71	38 156 464,45	36 951 691,83	35 515 535,18
Ativo Circulante (inclui acréscimos e diferimentos)	1 188 074,23	895 180,43	884 064,99	1 793 392,93
Ativo Circulante Líquido *	1 052 392,62	778 782,88	750 805,03	1 035 223,72
Ativo Líquido Total	40 241 621,94	39 051 644,88	37 835 756,82	37 308 928,11
Fundos Próprios	15 925 407,69	15 910 989,12	15 781 155,61	16 516 453,18
Passivo M/L Prazos	7 408 430,34	6 849 142,45	5 573 508,47	5 099 241,59
Passivo C/ Prazo (excepto Acresc./Diferim.)	437 889,58	384 610,10	949 822,84	761 867,32
Passivo C/ Prazo (excepto Acresc./Diferim. E Provisões)	436 998,70	383 684,61	895 662,89	680 628,78
Total Passivo	24 316 214,25	23 140 655,76	22 054 601,21	20 792 474,93
Solvabilidade (Fundos Próprios / Passivo)	65%	69%	72%	79%
Autonomia Financeira (Fundos Próprios / Ativo Líq.)	40%	41%	42%	44%
Liquidez Geral (Ativo Circulante / Passivo C.P.)	240%	202%	79%	136%
Grau de Cobertura do Imobilizado (Fundos Próprios / Imob. Líq.)	41%	42%	43%	47%
Endividamento M/L Prazos (Empréstimos e Outros / Total Passivo)	30%	30%	25%	25%

7.2 Endividamento/Dívida Total

Conforme definido no artigo 52.º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, do mesmo diploma legal, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

Define ainda o mesmo artigo 52º que a dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º da já referida Lei, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

Do quadro a seguir apresentado podemos concluir que o valor total da dívida (Municípios e restantes entidades) se deve situar entre os 7,1 milhões e os 9,9 milhões de euros. A dívida do Município a 31/12/2019 ascende a cerca de 5,7 milhões de euros, pelo que a mesma apresenta um valor que entendemos por equilibrado. Face a 2018 a dívida total diminuiu em 0,7 milhões de euros e face a 31/12/2016, diminuiu 1,8 milhões de euros.

Neste caso, e conforme o disposto na alínea b), do artigo 52.º, da lei já acima referida, o Município podia ter aumentado a dívida no valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios, podendo a mesma ter atingido o montante de 7.092.939€. Verifica-se que a dívida não excedeu o valor limite, apresentando uma margem utilizável de 1.383.912 €.

	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2019	
Receita corrente líquida cobrada	6 300 849	6 556 814	6 592 062	6 414 234	6 779 933	7 119 313	
Média nos 3 exercícios	6 483 242						
Média nos 3 exercícios	6 521 037						
Média nos 3 exercícios	6 595 410						
1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos 3 exercícios anteriores	9 724 863	Limite da dívida total de operações orçamentais em 31/12/2017					
	9 781 555	Limite da dívida total de operações orçamentais em 31/12/2018					
	9 893 114	Limite da dívida total de operações orçamentais em 31/12/2019					
PASSIVO	28 523 493	26 478 256	24 316 414	23 140 656	22 054 601	20 792 475	
(-) PROVISÕES	10 735	1 582	891	925	54 160	81 239	
(-) ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	18 176 644	17 677 672	16 469 894	15 906 903	15 531 270	14 931 366	
(-) FAM		264 654	220 545	176 436	33 082	11 027	
(-) OPERAÇÕES DE TESOURARIA	273 337	266 305	113 803	21 825	71 687	87 679	
TOTAL DÍVIDA ORÇAMENTAL (1)	10 062 777	8 268 043	7 511 281	7 034 566	6 364 403	5 681 164	ARIACÃO DÍVIDA
TOTAL CONTRIBUIÇÕES (2)		38 680	31 493	28 492	27 862		-10,70%
DÍVIDA GLOBAL (1) + (2)		7 549 961	7 066 059	6 392 895	5 709 026		
MARGEM DE ENDIVIDAMENTO		2 174 902	2 715 496	3 500 220	4 184 088		MARGEM DISPONÍVEL
LIMITE DE 20% DA MARGEM		434 980	543 099	700 044	836 818		1 383 912
LIMITE DO TOTAL DA DÍVIDA EM 31/12/2019						7 092 939	
REDUÇÃO DE DÍVIDA				483 902	673 164	683 868	
				1 840 935			

7.3 Pagamentos em atraso, Prazo Médio de Pagamento e Recebimentos em atraso

Na consulta ao Portal Autárquico e ao mapa apresentado na prestação de contas – Declaração de pagamentos em atraso existentes até 31/12/2019, verifica-se a não existência de pagamentos em atraso.

À data de 31 de dezembro de 2019, de acordo com o estabelecido na Resolução do Conselho de Ministros 34/2008, de 22 de fevereiro, o Prazo Médio de Pagamento (PMP) do Município, calculado de acordo com o indicado e definido nos termos do n.º 4, do Despacho 9870/2009, de 13 de abril de 2009, passou para 18 dias, o que representa uma diminuição do PMP em 4 dias comparativamente a 2018 (22 dias).

Os recebimentos em atraso constam das declarações apresentadas, num total de 73.294,39 €, ao que acrescem ativos contingentes, relativos a impostos por cobrar, conforme declaração expressa pela Autoridade Tributária (AT), num total de 107.224,67 €.

Ano	Imposto	Número da Nota de Cobrança (DUC)	Pagamentos e Recebimentos em Atraso (Quantia Exequenda) *
2019	IMI	Valores Agregados **	62 288,49
2019	IMT	Valores Agregados **	208,10
2019	IUC	Valores Agregados **	44 728,08
TOTAL			107 224,67



8. CONTABILIDADE DE CUSTOS

O Município tem em funcionamento a contabilidade de custos.

Nos termos do n.º 2.8.3.1 de POCAL “a contabilidade de custos é obrigatória no apuramento dos custos das funções e dos custos subjacentes à fixação de tarifas e preços de bens e serviços”.

Dada a alteração legislativa quanto ao sistema contabilístico (**SNC-AP**), iniciada em 1 de janeiro de 2020, propõe-se que sejam desenvolvidos todos os esforços para a implementação da norma **NCP 27 – Contabilidade de Gestão** e **NCP 25 – Relato por Segmentos**, de forma a dar cumprimento ao estabelecido.

9. PROPOSTAS E OUTROS FACTOS

Devem ser reforçadas e implementadas ações e procedimentos que permitam:

1. Monitorização adequada do regulamento de sistema de controlo interno, visando a eficácia e a eficiência do Município.
2. Uma adequada consolidação orçamental, com coerente estimativa de receitas e controlo integral do ciclo de despesa, para além do apuramento e utilização dentro dos limites permitidos dos fundos disponíveis e cumprimento das obrigações quanto ao prazo médio de pagamentos.
3. Continuidade na adoção de procedimentos de contabilização dos compromissos futuros.
4. Continuidade: - dos trabalhos ao nível do imobilizado e subsídios ao investimento, com tradução nos registos contabilísticos; - no registo de património e acompanhamento das obras em cursos, no sentido do seu adequado encerramento.

Atento empenho no cumprimento da execução das candidaturas aprovadas e/ou em análise pelas Entidades financiadoras, destacando-se a candidatura à Reabilitação do Celeiro da Cultura.

5. Continuidade nos procedimentos inerentes à contabilidade de custos, face ao projeto em desenvolvimento no Município, o qual apela ao envolvimento de todos os Serviços Municipais, para além do consequente corte de operações ao nível do inventário.

Destacamos os projetos em curso de impacto e sustentabilidade ambiental, nomeadamente ao nível das perdas de água, resíduos e eficiência energética.

6. Continuidade de trabalhos tendentes à completa adoção do SNC-AP.
7. Decorrente do Regulamento UE 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, importa dar relevância à introdução e aplicação dos processos impostos pelo referido regulamento, nomeadamente:



Estabelecer políticas e procedimentos que permitam reagir a qualquer falha de segurança e notificar as autoridades competentes nos prazos estabelecidos.	Rever impressos, formulários, políticas de privacidade. Verificar se a linguagem utilizada é clara, acessível e se são fornecidos aos titulares dos dados, toda a informação a que o RGPD obriga.	Preparar e estabelecer mecanismos de resposta ao exercício dos novos direitos pelos titulares dos dados: Direito ao Esquecimento; Direito à Portabilidade de dados.	Preparar a designação e funções do Encarregado de Proteção de Dados. Deve documentar de forma detalhada todas as atividades relacionadas com tratamento de dados pessoais.
Analisar com que fundamento legal se está a processar dados. Caso seja com base no consentimento, terá de se rever o consentimento dado, para apurar se respeita todas as novas exigências, ou se será necessário obter novo consentimento.	Rever os contratos de subcontratação de serviços realizados no âmbito de tratamento de dados pessoais, para verificar se cumprem com os requisitos exigidos pelo RGPD.	Garantir que existem regras específicas para provar que todos os requisitos legais são cumpridos. Realizar uma auditoria/ <i>Assessment</i> para verificar o que se tem de fazer para cumprir com o RGPD (<i>Accountability</i>).	Verificar onde estão alojados os dados e se há transferência de dados para fora da União Europeia (e nesse caso se é legítima).

8. De forma a prevenir a ocorrência de eventuais desvios e fraudes, afigura-se-nos ser importante dar atenção ao tema da fraude, nomeadamente os itens subjacentes à nova teoria explicativa da motivação da fraude, a “Estrela da fraude”, assente nas pontas da referida estrela designadas por: - “Pressões situacionais”; - “Oportunidades de concretização”; - “Capacidade do fraudador”; - “Ganância/Ambição do fraudador”; e - “Racionalização do fraudador”. O Relatório Anual de Avaliação de Gestão do Plano de Gestão dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do ano de 2018, encontra-se elaborado.
9. Quanto ao Balanço Social do ano de 2019, o mesmo encontra-se elaborado e relata as situações ocorridas no exercício.
10. Nesta sequência importa dar a devida atenção à Lei nº 83/2017, de 18 de agosto que estabelece medidas de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo, onde as pessoas politicamente expostas (PEP’s) e respetivos membros próximos da família, assumem um papel relevante.
11. O surto do Covid-19 foi classificado como Pandemia pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020 e alastrou também ao nosso País. Uma vez que este surto tem impacto social e económico significativo, gera um elevado grau de incerteza para as entidades públicas e privadas. O Município não é alheio a esse impacto, tendo ponderado as respostas aos riscos identificados e as ações a desenvolver ou a suspender.

O Relatório de Gestão, descreve de forma pormenorizada as ações empreendidas, não perspetivando que, os efeitos deste acontecimento, venham a afetar a continuidade da atividade nem a redução do valor dos ativos, o mesmo não acontecendo com a atividade normal do ano corrente, se bem que impossível de quantificar à data.

Por fim acrescentamos que face aos comentários e recomendações efetuadas ao longo do exercício, verificamos uma melhoria decorrente da introdução de procedimentos mais adequados, que importa dar continuidade. Para o efeito terão contribuído Todos os intervenientes na Gestão e restantes Recursos Humanos do Município, merecendo destaque a equipa da divisão administrativa e financeira, tendo-nos sido manifestado toda a disponibilidade para a continuidade dos trabalhos e melhoria contínua, em prol da transparência e *Accountability* na gestão pública.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

10. AGRADECIMENTOS

Ao finalizar este relatório, não queremos deixar de agradecer ao Sr. Presidente da Câmara e restantes Membros do Órgão Executivo, bem como a todos os Colaboradores dos Serviços do Município a colaboração que nos foi prestada e manifestar a nossa disponibilidade para prestar os esclarecimentos adicionais que sejam considerados convenientes.

Borba, 26 de maio de 2020

Rosário, Graça & Associados, SROC, Lda.,

representada por Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho

ROC n.º 658 – CMVM nº 20160302